

BALANÇO

Prefeitura de Curitiba tem superávit de R\$ 510 milhões nos primeiros quatro meses

Recuperação do setor de serviços leva ao crescimento de 6,6% na arrecadação do ISS totalizando R\$ 662 milhões

Da Redação

A prefeitura de Curitiba fechou os primeiros quatro meses de 2023 com um superávit de R\$ 510 milhões, segundo dados apresentados pelo secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento, Cristiano Hotz à Câmara Municipal ontem. De acordo com o balanço, o município teve, no período, uma receita total de R\$ 4 bilhões no período, ante uma despesa de R\$ 3,49 bilhões.

De acordo com Hotz, parte desse desempenho foi resultado do setor de serviços, que segue se recuperando após a pandemia da Covid-19. Comparado com 2022, a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) cresceu 6,6% acima da inflação de janeiro a abril, totalizando R\$ 662 milhões.

O ISS atingiu o maior valor nominal dos últimos sete anos e se tornou a maior fonte de arrecadação de Curitiba no início deste ano, tomando o lugar tradicionalmente ocupado pelo Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) - mesmo com a adesão de uma parcela grande da população ao pagamento à vista do imposto sobre os imóveis, que trouxe R\$ 619 milhões para os cofres do Executivo no quadrimestre, 1,9% abaixo do ano anterior. Da janeiro a abril deste ano, somando as receitas,



Ricardo Marajó/SMCS

Cristiano Hotz: reforma tributária preocupa

a Prefeitura teve um desempenho 3,29% melhor do que em 2022, descontada a inflação.

Reforma tributária - O secretário voltou a pedir o apoio dos vereadores na disputa política da reforma tributária, em Brasília, onde três propostas diferentes são debatidas pelos parlamentares. Ele manifestou apoio à Proposta de Emenda Constitucional 46/2022, defendida pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), também chamada de "Simplifica Já", que "preserva o ISS nos municípios e unifica tribu-

tos estaduais e federais". Segundo Hotz, as outras duas opções em jogo, as PECs 45/2022 e 110/2019, tiram a gestão plena do ISS dos municípios, e, se forem aprovadas, obrigarão as prefeituras a "andar com o pires na mão" para pagar as suas contas. "Não podemos deixar sufocarem os municípios".

No primeiro quadrimestre de 2023, foi registrada queda nas transferências de recursos provenientes da União (SUS, queda de 8,85%; Fundeb, menos 12,25%; FNDE, 8,85% negativos) e do Estado (ICMS encolheu 17,14%). A exceção foi o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cujos repasses, na ordem de R\$ 444 milhões, significaram um aumento real de 15,32% em relação ao ano passado.

No campo dos limites legais, Cristiano Hotz indicou que a Prefeitura de Curitiba está dentro do esperado para o início do ano nos gastos com pessoal (42,78% da receita corrente líquida, logo abaixo do limite de 54% da RCL), nas despesas com publicidade (0,23% ante 0,60%), nas aplicações em Saúde (20%, acima dos 15% exigidos pela lei) e em Educação (atuais 17,63%, abaixo dos 25%, mas justificados, segundo o secretário de Finanças, pelo menor desembolso na área em janeiro e fevereiro, que é período de recesso escolar).

ORÇAMENTO

Câmara diz que abriu mão de R\$ 117 milhões neste ano

A Câmara Municipal de Curitiba afirma que abriu mão de R\$ 117 milhões a que teria direito por lei nos primeiros quatro meses de 2023. De acordo com a Casa, o valor representa a maior renúncia de recursos de sua história em favor do Executivo. Se fosse cumprir à risca a Constituição Federal, a Câmara poderia ter exigido um orçamento de R\$ 287 milhões em 2023, mas, em vez disso, os vereadores da capital reduziram o orçamento da Casa para R\$ 170 milhões, alega a direção do parlamento municipal.

"Entre câmaras municipais de porte semelhante, Curitiba tem um dos menores orçamentos fixados para este ano", afirmou Aline Bogo, diretora contábil-financeira da Câmara, ao apresentar um quadro comparativo de população, de parlamentares e de orçamento de nove capitais. "Temos câmaras com menor número de habitantes e menos vereadores que têm orçamentos maiores que o da

CMC", constatou. Na relação, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Manaus, Recife, Porto Alegre e Goiânia preveem gastos maiores que o da Câmara de Curitiba.

Além disso, de janeiro a abril deste ano, a Câmara repassou R\$ 1,2 milhão à Prefeitura de Curitiba, decorrente do rendimento de aplicações financeiras (R\$ 518 mil) e do cancelamento de restos a pagar (R\$ 703 mil). "Esses valores voltam para o Município como receita", explicou Aline Bogo. São valores, respectivamente, extra-orçamentários e do exercício anterior, de natureza diferente da "devolução antecipada", cujo termo técnico é renúncia, que, por estar prevista na LOA, já compunha o orçamento do Executivo.

Pela lei, a Câmara poderia exigir até 4,5% de um conjunto de receitas do Município para compor seu orçamento, mas, em 2023, solicitou somente 2,66%. É o segundo percentual mais baixo desde 2012, quando o Legislativo passou a requerer menos do que

tem direito para pagar suas despesas, acima só dos 2,64% do ano passado. O resultado mantém a CMC no trilho de 2022, quando, pela primeira vez, a devolução de recursos do Legislativo ao Executivo superou nominalmente cem milhões de reais. Respondendo à vereadora Indiara Barbosa (Novo), Bogo afirmou que a intenção é usar 90%, 95% do orçamento até o final do ano.

O vereador Rodrigo Reis (União) defendeu o pagamento do auxílio-alimentação aos servidores da CMC, apoiou o projeto de lei do vereador Eder Borges (PP) que quer flexibilizar a contratação de comissionados e questionou a limitação de uso do auditório para atividades do mandato, que ele atribuiu à falta de pessoal. "Há um exagero na contenção (de gastos)", disse o parlamentar. O presidente Marcelo Fachinello afastou a hipótese de falta de pessoal e disse que há limite regimental para atividades dos mandatos nos espaços da CMC.

STF

Collor é condenado a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção

O Supremo Tribunal Federal (STF) ficou em 8 anos e 10 meses de prisão em regime fechado a pena do ex-presidente e ex-senador Fernando Collor, condenado pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. No caso deste último o plenário considerou que o crime está prescrito e não foi contabilizado na dosimetria da pena.

Os ministros também determinaram que Collor pague o valor de 90 dias-multa, sendo que cada dia-multa tem o valor de cinco salários mínimos. O placar foi de 8 a 2 pela condenação. Somente os ministros Kássio Nunes Marques e Gilmar Mendes votaram pela absolvição do réu. Venceu a pena proposta pelo ministro revisor, Alexandre de Moraes. O relator, Edson Fachin, havia proposto uma pena de 33 anos.

LEILÃO DE CASA - CURITIBA/PR
Online

1º Leilão: 20/06/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 22/06/2023 às 11h00

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Curitiba/PR. Guaiara. Rua Sergipe, nº 247. **Casa com 2 pavimentos** (Lote 02 da Quadra 10). Áreas totais: ter.: 308,00m² e constr.: 274,53m². Matr. 34.093 do 5º RI local. **Obs.:** Consta ação 0040082-35.2012.8.16.0001. Banco responde pelo resultado nos termos do edital. Ocupada. (AF). 1º Leilão: 20/06/2023, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 1.140.000,00. 2º Leilão: 22/06/2023, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 684.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: <https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br

MERCADO DE TRABALHO

Taxa de desemprego fica em 8,5%

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 8,5% no trimestre encerrado em abril, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na manhã de ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

BEM PARANÁ

Informação vai bem.

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ: 77.955.532/0001-07 NIRE: 41.300.073.368

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. Curitiba-PR, 23 de maio de 2023. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

Table with columns for Ativo (Circulante, Não Circulante, Total do Ativo) and Passivo (Circulante, Não Circulante, Total do Passivo e Patrimônio Líquido). Rows include items like Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Impostos e contribuições a recuperar, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

Table showing income statements for 2022 and 2021. Rows include Receita Operacional Líquida, Custos dos serviços prestados, Depreciação, Despesas operacionais, Resultado Financeiro, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

Table showing changes in equity. Columns include Capital Social, Reserva Legal, Reserva de Lucros a Realizar, Ajuste de Avaliação Patrimonial, Lucros Acumulados, Total do Patrimônio Líquido. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Realização de IR e CS diferidos, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

Table showing value added for 2022 and 2021. Rows include RECEITAS, INSUMOS ADQUIRIDOS TERCEIROS, Custos das Mercadorias / Serv. Vendidos, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

Table showing cash flow for 2022 and 2021. Rows include Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

Table showing comprehensive results for 2022 and 2021. Rows include Prejuízo do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: a. Apresentação da Companhia: A Construtora Triunfo S.A. - em Recuperação Judicial foi criada no Paraná, no final da década de 70. Nos anos 80 passou a atuar no desenvolvimento do Mato Grosso e de todo Centro-Oeste Brasileiro. A partir de 1994 deu início à fase de expansão de suas atividades, com a participação na Concessionária do Aterro Sanitário Hidrológico do Rio Itaipava (MT), evoluindo para se tornar uma das mais tradicionais construtoras no segmento de infra-estrutura do Brasil e uma das poucas que possui capacitação tecnológica e humana diversificada para executar Contratos EPC (Engineering, Procurement and Construction) envolvendo simultaneamente diferentes disciplinas, como projetos, obras e montagem eletromecânica. A Companhia possui as principais certificações nas áreas de Qualidade, Segurança e Meio Ambiente, promovendo constantes treinamentos e desenvolvimento do procedimento com vistas a otimizar o desempenho nas construções de suas obras. Em 2004 teve implantado seu Sistema de Gestão de Qualidade com certificação da Companhia na ISO 9001:2008, em 2010 a certificação do PGPB-HSA 2012 nível A, e em 2016 uma nova certificação a ISO 14001:2015 - Sistema de Gestão Ambiental, com manutenção até o presente. A Companhia tem por objeto social as atividades de engenharia, incluindo montagem eletromecânica e obras de construção civil em geral, abrangendo como construtora, montadora, coordenadora e/ou supervisora, na execução por administração, empreitada, sub-emprego, concessão, permissão e demais modalidades de contratação. Está presente em todas as regiões do Brasil, onde já realizou obras, obras nos segmentos de rodovias, hidrelétricas, portos, construção civil e industrial. b. Recuperação Judicial: Em 28 de Junho de 2019, foi deferido pedido de Recuperação Judicial formulado perante o MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR (Processo autuado sob nº 0007743-09/2019.8.16.0185). O pedido foi formulado pela Companhia em conjunto com a sua controladora, a THC - Triunfo Holding de Construções Ltda., e as demais controladas da THC, THSA Infraestruturas e Investimentos S.A. e IT - Sistemas Construtivos S.A. O pedido de Recuperação Judicial visava, a um só tempo, à proteção das Companhias e à manutenção da sua capacidade operacional. A Assembleia Geral de Credores conforme artigo 35 da Lei nº 11.101/2005 e a Recuperação das Falências - LRF, foi instalada no dia 05.12.2019 (AGC) em segunda convocação, onde os credores votaram e aprovaram por ampla maioria o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, tendo sido substancialmente superados os percentuais mínimos legais estabelecidos no artigo 45 da LRF. Em 28 de Janeiro de 2020 o Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores foi homologado pelo MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR, conforme artigo 58 da LRF. A Companhia vem cumprindo, rigorosamente, todos os pressupostos do Plano de Recuperação Judicial, considerando os pagamentos para as classes I - Credores Trabalhistas, II - Não há Credores, III - Credores Quirografários e IV - Mecêpp, conforme movimentação atualizada descrita na Nota Explicativa nº 21. Todas as informações sobre o processo de Recuperação Judicial, em especial sobre o Plano de Recuperação Judicial homologado e seu acompanhamento, podem ser acessadas através de consulta aos autos do processo nº 0007743-09/2019.8.16.0185. A Administração com o suporte do seu assessores determino o plano para conduzir esta nova fase dos negócios da Companhia com foco nos seguintes principais destaques: a) Estabeleceu que durante todo o período em que a Companhia estiver sob Recuperação Judicial a direção e os acionistas se comprometem a realizar todos os esforços na administração profissional e independente, para manter uma estrutura mínima necessária para que a Companhia de continuidade nas suas operações, nos novos níveis de operação, de forma a poder cumprir com todos os compromissos citados no plano de acordo com o cronograma de pagamentos homologados; b) Determinou que a geração de caixa para pagamento aos credores está baseada nas seguintes medidas e recursos - Geração dos fluxos de caixa operacionais pela continuidade das atividades econômicas e por decorrência da sua reestruturação operacional e financeira a ser executada; - Racionalização do seu endividamento com modificações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento aos credores; - Realização do dajon de equipamentos em favor dos credores, com os bens integrantes de seu ativo imobilizado que se encontram novos ou tenham se tornado desnecessários; c) Executar operações de reorganização societária; d) Fazer a expansão de parcerias e novos fornecedores; e) Fazer captação de novos recursos através de financiamentos; f) Fazer a constituição e alienação das LUI's (Unidades Produtivas Isoladas); g) Utilizar pessoas conservadoras para a elaboração das projeções dos demonstrativos financeiros para o período de 2019 a 2023 da Companhia indicando capacidade de geração de caixa para honrar os compromissos. A Administração considera que a execução, atualmente em andamento, deste plano de reestruturação manterá a continuidade sustentável dos negócios da Companhia. c. Atividades operacionais: A Companhia vem operando normalmente seja através de execução de contratos em nome próprio, seja em consórcio ou mesmo em Sociedades em Conta de Participação, e promovendo o processo de reestruturação interna além do cumprimento de todas as obrigações assumidas em seu Plano de Recuperação Judicial, não sendo identificados problemas quanto à continuidade operacional em virtude dessa questão. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Moeda Funcional: a) Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei

nº 11.941/09, e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) omitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, atualizado pelo valor justo, quando aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de abril de 2023. b) Base de consolidação: Em função da NBC TG 36 (R-3) - Demonstrações Consolidadas e NBC TG 19 (R2) - Negócios em Conjunto, equivalentes ao IFRS 10 e 11, respectivamente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações de suas Controladas, bem como os negócios em conjunto que a Companhia possui. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as joint ventures estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Em relação às operações em conjunto, estão sendo registrados os ativos, passivos, receitas, custos e despesas dos acordos sobre as Companhias detém o controle. Os exercícios sociais das entidades incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade. Os principais procedimentos de consolidação são: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação; b) Eliminação do investimento referente na proporção de seu respectivo patrimônio; c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação; d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com as adotadas pela controladora, com o propósito da apresentação unificada baseada de classificação e mensuração uniforme. 2.1. Principais práticas contábeis: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do Ativo Imobilizado e de sua recuperabilidade; na determinação da avaliação dos Ativos Financeiros pelo valor justo e pelo método de Ajuste a Valor Presente; análise do risco de crédito para operação da Provisão para Devedores Dúvidos, assim como a análise dos dados recentes para determinação de outras provisões, inclusive para Contingências. A avaliação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de determinação das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente. 2.1.1. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, após o cumprimento das obrigações contratuais de desempenho. A receita é mensurada com base no valor justo da contra-partida recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios essenciais, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento do receita. A receita de prestação de serviços e de locação somente são reconhecidas quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao contratante, o valor da receita pode ser estimado com segurança, as obrigações contratuais de desempenho forem cumpridas e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia. A receita de serviços prestados de construção é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas e controle de trabalhos realizados. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, o resultado do contrato é reconhecido até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. 2.1.2. Transações em Moeda Estrangeira: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nos dados das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nos dados dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos da controlada no exterior,

Controladora Consolidado
Caixas e fundos fixos
Bancos conta movimento
Aplicações financeiras
Caixa e equivalentes de caixa

Instituição Financeira Modalidade Remuneração
Banco Safra S.A. Fundo Market ID 0,5% a.m. CDI
Banco do Brasil S.A. BB RF CP Corp 1,10% a.m.

4. Contas a receber:
Faturas a receber
Serviços executados a faturar
Direitos creditórios (ver nota 4.1)
Outras contas a receber

4.1 Direitos Creditórios (controladora e consolidado)
Processos
Processos referentes a obras já executadas (i)
Processos referentes a consórcios (ii)

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos (i)
Outros
Tabela-se da constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Prejuízo fiscal e Base negativa da CSLL acumulados em 31/12/2021.

Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021
Triunfo Holding de Construção S.A. Contas a receber 291.407 306.765 291.407 306.765

Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021
Necso e Triunfo Construções Ltda. Contas a pagar 59 59 59 59

7. Transações com consórcios:
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

8. Investimentos:
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

9. Bens imóveis destinados à venda (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

10. Imobilizado (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

11. Fornecedores:
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

12. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

14. Obrigações tributárias - correntes:
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

15. Parcelamentos ordinários:
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

16. Programa de regularização fiscal (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

17. Despesas administrativas (a)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

18. Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

19. Provisões para contingências (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

20. Contas de construção (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

21. Saldo a pagar em 31/12/2022
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

22. Patrimônio líquido: a Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e de R\$74.035, representado por 7.403.510 ações, sendo 3.701.555 ações ordinárias e 3.701.955 ações preferenciais.

23. Resultados operacionais (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

b) Imposto de renda e contribuição social - Diferidos
Adições/Exclusões:
Prejuízo Fiscal 2021 Acumulado
Alíquota Nominal - %
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Creditado ao Resultado do Exercício

Composição da base de cálculo:
Contratos diferidos com órgãos públicos
Mais valia de ativos
Alíquota aplicável

19. Provisões para contingências (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

20. Contas de construção (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

21. Saldo a pagar em 31/12/2022
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

22. Patrimônio líquido: a Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e de R\$74.035, representado por 7.403.510 ações, sendo 3.701.555 ações ordinárias e 3.701.955 ações preferenciais.

23. Resultados operacionais (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

24. Lucro (Prejuízo) por ação (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

25. Participação nos resultados (controladora e consolidado)
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

26. Receita operacional líquida
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

27. Custos dos serviços prestados:
Controladora Consolidado
31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022 31.12.2021

(a) A representação líquida deste valor é devida principalmente pelo registro de novos processos indenizatórios no montante de R\$72.502, junho a SMOF, CHUBB Seguros, Rio Tuna Serviços, Itaú Seguros e Estado Pernambuco, bem como, pelas atualizações de sentenças penais relativas a processos antenonando provisionados no montante de R\$161.622. (b) Exclusão do bônus de adimplência, conforme descrito na nota explicativa 21.30. Resultado financeiro líquido:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2022, 31.12.2021. Rows include Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, and Resultado financeiro líquido.

31. Resultado de operações com consórcios (controladora e consolidado) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os resultados dos consórcios estão assim representados:

Table with columns: CONSÓRCIOS, Receitas, Deduções da Receita, Custos, Despesas, Depreciação, Outras receitas (despesas), Resultado Financeiro, 31.12.2022, 31.12.2021. Rows include Consórcio Estação Solar, Consórcio Linha 17 Ouro, etc.

32. Instrumentos Financeiros: 32.1 Gestão de Risco de Capital: A Companhia administra seu Capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e, ao mesmo tempo, maximizar e retornar a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. 32.2 Gestão de Risco de Liquidez: A responsabilidade final pela gestão do Risco de Liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de Liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o Risco de Liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento das dívidas e passivos financeiros. 32.3 Gestão de Risco de Mercado: Os resultados das operações da Companhia dependem de sua capacidade de Administração, gerenciamento e execução das atividades controladas por sua carteira de clientes, bem como a ampliação da mesma. Com o intuito de mitigar tais fatores de risco a Companhia monitora permanentemente o mercado ao qual está inserida, nas suas regiões de atuação, com o objetivo de acompanhar a evolução e a utilização das boas práticas, visando antecipar-se às novidades do mercado, bem como trazer experiências inovadoras e que zelem pela preservação do meio ambiente. 32.4 Risco de Crédito: O Risco de Crédito da Companhia pode ser atribuído principalmente aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Contas a Receber. No Balanço Patrimonial, as contas a receber são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos. A provisão para desvalorização de clientes e outras contas a receber é definida sempre que uma perda for detectada e, de acordo com experiências anteriores, essa evidência que a possibilidade de recuperar os fluxos de caixa está prejudicada. 32.5 Risco de Concentração: A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos. 32.6 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão contabilizados em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 em valores contábeis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àqueles vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente remunerados. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos e nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados do mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente os valores que podem ser realizados no mercado atual. 32.7 Critérios, Premissas e Limitações Utilizados na Apreciação dos Valores de Mercado, Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores de mercado dos saldos mantidos em conta corrente são similares aos saldos contábeis. Clientes e Outras Contas a Receber: Na opinião da Administração da Companhia, os saldos contábeis de Clientes e Contas a Receber aproximam-se do valor de mercado. Empréstimos e Financiamentos: Os valores justos dos Empréstimos e Financiamentos foram calculados com base em seu contrato firmado com instituições financeiras e/ou clientes, utilizando-se de taxas de juros aplicáveis a instrumentos desta natureza, prazos e riscos similares. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há instrumentos financeiros na forma de derivativos ou de risco semelhante.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Luiz Fernando Wolff de Carvalho Diretor Executivo, João Villar Garcia Diretor Executivo, Anaclete Betti Contadora - CRC PR 040.237/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Construtora Triunfo S.A. - em Recuperação Judicial - Curitiba - PR - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtora Triunfo S.A. - em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva: Imposto de renda e contribuição social diferidos", conforme descrito na Nota Explicativa nº 5(i), durante o exercício a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social existentes em 31 de dezembro de 2021, cujo saldo totaliza R\$ 23.189 mil na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2022. A Administração efetuou o registro considerando a possibilidade de utilizar os referidos créditos para a liquidação de dívidas tributárias no âmbito da Portaria PGFN nº 6.757/22 cuja realização é dependente do deferimento do acordo para utilização desses créditos por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, não proferezo até a data de emissão deste relatório, portanto, não foi possível determinar a necessidade ou não de registro de provisão para impairment sobre o referido montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Valores a receber junto aos órgãos públicos: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.1, a Companhia possui créditos/valores a receber no ativo circulante e não circulante, oriundos de ações judiciais e relacionadas a contratos de empréstimos de obras já concluídas junto a órgãos públicos, no montante de R\$ 462.951 mil. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também em relação à expectativa de recebimento. Continuidade das operações: Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e 2, bem como o deferimento do pedido de recuperação judicial em junho de 2019, a Companhia desenvolveu seu plano de reestruturação com o objetivo de dar continuidade aos negócios e honrar os compromissos homologados, assumidos junto aos credores. O sucesso no resultado da reestruturação em andamento e continuidade dos negócios da Companhia é dependente da geração de caixa da operação, da captação de recursos de terceiros e/ou dos sócios e da venda de ativos, juntos em montante suficiente para pagamento de dívidas e manutenção do funcionamento dos negócios. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a estes assuntos. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento das receitas e despesas associadas aos contratos de construção: Detalhes sobre a política contábil estão descritos na Nota Explicativa nº 2.1.1. A Companhia utiliza o método do percentual da margem de lucro global acordada, para apurar e registrar contabilmente as receitas e as despesas associadas aos contratos de construção de longo prazo. Devido à relevância dos custos/válculos envolvidos e o julgamento utilizado para a determinação das estimativas usadas no cálculo do percentual de conclusão da obra, que são base para o reconhecimento dos registros contábeis, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria. Resposta da auditoria ao assunto: Efetuamos o entendimento dos controles internos chave implantados pela Companhia com o objetivo de verificar se as informações relevantes de cada contrato de construção ou projetos foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas, dando ênfase na rentabilidade, estimativas de custos e inocer e acompanhamento do estágio de execução percentual do projeto. Além disso, inspecionamos os documentos e obtivemos o entendimento sobre os aspectos desses contratos com a administração, avaliando as premissas adotadas como custos estimados, incorridos, receitas estimadas, margens, comparando essas informações com informações históricas. Efetuamos o recálculo da receita de contratos, por amostragem, reconhecida de acordo com o estágio percentual de conclusão da obra, bem como avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras referentes aos contratos de construção de longo prazo. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da entidade derivadas de contratos de construção ou projetos são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: Detalhes sobre a política contábil estão descritos na Nota Explicativa nº 2.1.10. A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2022, totalizava o montante de R\$ 184.166 mil, conforme descrito na Nota Explicativa 10. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, principalmente na determinação da unidade geradora de caixa, da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios para os anos futuros. Resposta da auditoria ao assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, a avaliação das premissas utilizadas pela Companhia para o cálculo e apuração do valor recuperável, em particular relacionadas às estimativas das receitas, custos e despesas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e margem de lucro da unidade geradora de caixa. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável do ativo imobilizado preparado pela administração da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável do ativo imobilizado preparada pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Provisões e passivos contingentes - civis, trabalhistas e fiscais: Detalhes sobre a política contábil estão descritos na Nota Explicativa nº 2.1.15. A classificação do risco de tais processos envolve julgamentos significativos e podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, incluindo suas divulgações. Devido à complexidade e ao julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria. Resposta da auditoria ao assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, a análise dos controles internos relacionados as provisões e passivos contingentes e a avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgadas, a razoabilidade dos critérios e premissas

utilizados, na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, considerando ainda as informações e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e as informações históricas. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas, os saldos registrados e as divulgações feitas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão concluídas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos o cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente do erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 23 de maio de 2023. UPWARDS Auditores Independentes S.S. CRC SP 032599/O-1 - Luciano Neris. Contador CRC PA-007729/O-8 T-SP - Leandro Bazilio Couceiro. Contador CRC SP-290220/O-6

Reservas: (41) 3350-6620

OS INVESTIDORES ESTÃO DE OLHO NOS SEUS GASTOS. ATÉ MESMO O GASTO COM ESTE ANUNCIO.

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

BEM PARANÁ

TIISA INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 10.579.577/0001-53

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. Curitiba-PR, 23 de maio de 2023 A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Table with 10 columns: Nota, Controladora, Consolidado, Nota, Controladora, Consolidado. Rows include Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Table with 7 columns: Nota, Controladora, Consolidado, Nota, Controladora, Consolidado. Rows include Receita Operacional Líquida, Despesas Operacionais, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e contribuições sociais, Lucro do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Controladora, Consolidado. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Capital social, Lucro (Prejuízos) acumulados, Patrimônio líquido controladora, Participação de não controladores, Patrimônio líquido consolidado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto Operacional: a. Apresentação da Companhia: A Tiisa Infraestrutura e Investimentos S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia"), constituída em 9 de Dezembro de 2008 tem por objeto social as seguintes atividades: (a) execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica, incluindo fornecimento; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza; (c) concessões de serviços públicos; (d) montagens eletromecânicas; (e) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações; (f) fiscalização de execução de obras rodoviárias e metro ferroviárias; (g) manutenção de material rodante; (h) projeto, construção e fornecimento de sistemas metro ferroviários, incluindo fornecimento de equipamentos, peças e afins; (i) projeto e construção de sistemas aeres portuários; e (j) exportação e importação de produtos e serviços. A Companhia poderá participar de licitações isoladamente ou por meio de consórcios ou sociedades em Conta de Participação - SCPs e na modalidade de "joint venture", participar em outras sociedades, no País e no exterior, na qualidade de sócio cotista ou acionista, e administrar bens próprios. b. Situação Econômica e Financeira da Companhia: Durante o exercício persistiram os impactos negativos decorrentes da grave recessão que atingiu o segmento, com queda sensível no faturamento devido às dificuldades de financiamento dos clientes privados e da não utilização dos investimentos públicos, agravada com aumento do custo com os insumos usados nas obras de infraestrutura, e dificuldades para obtenção de crédito pela Companhia. Estes fatores contribuíram em que, mesmo possuindo uma razoável carteira de contratos, a Companhia se obrigasse a buscar o remédio legal da Recuperação Judicial, uma vez que possui todas as condições de prosseguimento de suas atividades, necessitando apenas de reestruturação de seu passivo para a travessia das dificuldades atuais do mercado. A Companhia continua em plena operação, seja através de execução de contratos em nome próprio, seja em consórcios ou mesmo em sociedades em Conta de Participação, e promovendo processos de reestruturação interna além do cumprimento de todas as obrigações assumidas em seu Plano de Recuperação Judicial. c. Recuperação Judicial: Em 28 de Junho de 2019, foi deferido pedido de Recuperação Judicial formulado perante o MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR (Processo autuado sob nº 0007743-09/2019.8.16.0185). O pedido foi formulado pela Companhia em conjunto com a sua controladora, a THC - Triunfo Holding de Construções Ltda., e as demais controladas da THC, Construtora Triunfo S.A. e IT - Sistemas Construtivos S.A. O pedido de Recuperação Judicial visou, a um só tempo, à proteção das Companhias e à manutenção da sua capacidade operacional. A Assembleia Geral de Credores, a qual ocorreu em 30 de Maio de 11.101.2005 (Lei de Recuperação das Falências - LRF), foi instalada no dia 05.12.2019 ("AGC") em segunda convocação, onde os credores votaram e aprovaram por ampla maioria o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, tendo sido substancialmente superados os percentuais mínimos legais estabelecidos no artigo 45 da LRF. Em 28 de Janeiro de 2020 o Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores foi homologado pelo MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR, conforme artigo 58 da LRF. As informações sobre os valores homologados e classes de dívida. A Companhia vem cumprindo, rigorosamente, todos os pressupostos do Plano de Recuperação Judicial, considerando os pagamentos para as classes I - Credores Trabalhistas, III - Credores Criacionistas e IV ME/EPP, conforme movimentação atualizada descrita na Nota Explicativa nº 15. Todas as informações sobre o processo de Recuperação Judicial, em especial sobre o Plano de Recuperação Judicial homologado e seu acompanhamento, podem ser acessados através de consulta aos autos do processo nº 0007743-09/2019.8.16.0185. A Administração com o suporte de seus assessores determinou o plano para conduzir essa nova fase dos negócios da Companhia com foco nos seguintes principais destaques: a) Estabeleceu que durante todo o período em que a Companhia estiver sob Recuperação Judicial a direção e os acionistas se comprometem a realizar todos os esforços na administração profissional e independente, para manter uma estrutura mínima necessária para que a Companhia de continuidade nas suas operações, nos novos níveis de operação, de forma a poder cumprir com todos os compromissos citados no Plano, de acordo com o cronograma de pagamentos homologados; b) Determinou que a geração de caixa para pagamento aos credores está baseada nas seguintes medidas e recursos: - Geração dos fluxos de caixa operacionais pela continuidade das atividades econômicas e por decorrência da sua reestruturação operacional e financeira a ser executada; - Reescalonamento do seu endividamento com modificações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento aos credores; - Realização de doação de equipamentos em favor dos credores, com os bens integrantes de seu ativo imobilizado que se encontram ociosos ou tenham se tornado desnecessários; c) Executará operações de reorganização societária; d) Fará a expansão de parcerias e novos fornecimentos; e) Irá efetuar captação de novos recursos através de financiamentos; f) Irá efetuar a constituição e alienação das UPIs (Unidades Produtivas Isoladas); g) Utilizará premissas conservadoras para a elaboração das projeções dos demonstrativos financeiros para o período de 2019 a 2033 da Companhia indicando capacidade de geração de caixa para honrar os compromissos. A Administração considera que a execução, atualmente em andamento, deste plano de reestruturação manterá a continuidade sustentável dos negócios da Companhia. d. Atividades Operacionais: A Companhia vem operando normalmente seja através de execução de contratos em nome próprio, seja em consórcios ou mesmo em sociedades em Conta de Participação, e promovendo o processo de reestruturação interna além do cumprimento de todas as obrigações assumidas em seu Plano de Recuperação Judicial, não sendo identificados problemas quanto à continuidade operacionais em virtude dessa questão. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Moeda Funcional: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as quais levaram em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras. Em função da NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, equivalente ao IFRS 10, e da NBC TG 19 - Negócios em Conjunto, equivalente ao IFRS 11, ambas vigentes a partir do exercício de 2013, a Companhia preparou a apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as Entidades, inclusive Entidades de Propósito Específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigiram que a Administração exercesse julgamento significativo para determinar quais Entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma Controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. De acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11), os acordos de controle em conjunto são divididos em dois tipos, a saber: - Operação Conjunta: é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados a esse acordo. - Joint Venture: é aquela por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os Ativos Líquidos (ou seja, Patrimônio Líquido). Em 2022 a Companhia não mantém operações de joint ventures. Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as SCP estão sendo contabilizadas pelo Método de equivalência patrimonial. Em relação às operações em conjunto, estão sendo registrados os ativos, passivos, receitas, custos e despesas dos acordos sobre as quais a Companhia detém o controle e que estão relacionados a seguir:

Table with 6 columns: OBRA, Forma de Participação, PARTICIPAÇÃO TIISA, Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício. Rows include CPTM - P0 - Linha A, VALEC - FIOLE - Bahia - Lote 07, METRÔ - Linha 5 - Estações, METRÔ - Monitório - Linha 17, CPTM - Extensão Ferrovia Linha 9 - Esmeralda, CPTM - Linha 13 - Lote 2, CPTM - Linha 13 - Lote 4, DH - Aplicação Ponte Ayrosa Galvao, Pedemerais/SP, SILURB - Zaviussu, SILURB - Aricaandara, GDF - Centros de Detenção, SILURB - Corrego Paraguai-Eguas, METRÔ - Linha 4 AMARELA - Túnel - Estações, METRÔ - Pátio Linha 17, DAEE - Alarg. e Rebaix. do Rio Baquiruvu, METRÔ - Linha 4 Amarela Fase 2, Valec - Lote 6 FIOLE, VALEC - Ferrovia NS - Iturama - Lote 05, VALEC - Estrela D'Oeste, DAEE - RIO TIETE, DAEE - TS TIETE, DAEE - Canal Tietê

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; b) Reconhecimento dos direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos e resultados sobre o percentual de sua participação; c) Eliminação dos saldos de Receitas e Despesas decorrentes de ne-

gócios com as empresas incluídas na consolidação; d) Destaque dos valores da Participação dos Acionistas Não Controladores no resultado e Patrimônio Líquido; e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas Sociedades incluídas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas com os adotados pela Controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes. 3. Principais Práticas Contábeis: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para delimitação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do Ativo Imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos Ativos Financeiros pelo valor justo e pelo método de Ajuste a Valor Presente, análise do risco de crédito para determinação da Provisão para Devedores Duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de determinação das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia em 13 de abril de 2023. 3.1. Apuração do Resultado: O Resultado das Operações (Receitas, Custos e Despesas) é apurado em conformidade com o Regime Contábil de Competência. As Receitas brutas dos serviços prestados foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento e revisões posteriores. Uma Receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente. 3.2. Classificação de itens Circulantes e Não-Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vindencios ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens Circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens Não-Circulantes. 3.3. Transações em Moeda Estrangeira: Os itens nestas Demonstrações Contábeis são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações e são apresentados nesta mesma moeda. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações da NBC TG 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação. 3.4. Instrumentos Financeiros Ativos: Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são representados por Fundo Fio de Caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e Aplicações Financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, considerados de Liquidez Imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos Balancos, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa: representados pelos respectivos valores de realização, incluindo, caso seja julgado necessário, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas. Deterioração de Ativos Financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de Balanço para identificação de eventual deterioração de Ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do Ativo Financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. 3.5. Instrumentos Financeiros Passivos: Os Passivos Financeiros da Companhia são substancialmente representados por Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo Valor Justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. 3.6. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A Depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos Bens e Direitos. Quando aplicável, o direito de uso de bens arrendados é reconhecido neste grupo, em contrapartida à conta de obrigações com arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e são depreciados pelo menor período entre a vida útil-econômica dos Bens ou o prazo do contrato. 3.7. Intangível: Representado por Licenças de Uso de Softwares e Acervo Técnico relacionado à constituição da Sociedade. A amortização das Licenças de Uso de Software ocorre de forma linear, conforme critérios técnicos pré-estabelecidos, enquanto o acervo técnico é testado anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável 3.8. Reconhecimento da Receita: A Receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. Quando os resultados de um Contrato de Construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato, exceto quando há evidências de que outro método represente melhor a fase de execução do serviço. As variações nos Custos com Mão de Obra e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu reconhecimento seja provável. Quando os resultados de um Contrato de Construção não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada Contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa. Os serviços executados, medidos e aprovados pelo cliente e ainda não faturados são registrados no Ativo em "Serviços Executados a Faturar". Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no Balanço Patrimonial como um Passivo, na rubrica "Adiantamentos de Clientes". Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no Balanço Patrimonial como um Ativo, em "Contas a Receber de Clientes". 3.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus Ativos Tangíveis e Intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do Ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. A Companhia, em atendimento à NBC T 01 - Redução ao Valor Recuperável efetuou a análise do valor de recuperação do Imobilizado e do Intangível. Com base nos estudos realizados, não foram identificados Ativos que não estejam com provisão para redução ao seu valor de recuperação. O valor recuperável foi determinado por meio de cálculo do valor justo a partir de estimativas aprovadas pela administração, considerando as seguintes premissas: aplicação da taxa de desconto de 11,50% (WACC), crescimento nominal médio da receita até 2026 de 5%, 14% nos anos seguintes e 3% de imposto sobre a renda. 3.10. Ajuste a Valor Presente: De acordo com a NBC T 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia avaliou os Ativos e Passivos monetários sujeitos à avaliação a valor presente, e também os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram registrados ajustes a valor presente, em face da não relevância. 3.11. Tributação: Impostos Correntes: A Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no Lucro Tributável do Exercício. O Lucro Tributável difere do Lucro apresentado na Demonstração do Resultado, porque exclui Receitas ou Despesas Tributáveis ou Dedutíveis em outros Exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente Imposos Diferidos: Os Imposos Diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. A recuperação do saldo dos Imposos Diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. 3.12. Provisões: As Provisões são reconhecidas para obrigações presentes (Legal ou Presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como Provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As Provisões para o custo esperado com a garantia de obras são reconhecidas no caso na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços e apresentadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. 3.13. Uso de Estimativas: A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os Ativos, os Passivos, as Receitas e as Despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas utilizadas pela Administração da Companhia na preparação das Demonstrações Financeiras referem-se à determinação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, às vidas úteis utilizadas para depreciação dos Bens do Ativo Imobilizado, aos prazos e valores de realização de Ativos Imobilizados e às provisões para riscos e garantias. 3.14. Lucro por Ação O Lucro Básico e diluído por ação deve ser calculado dividindo-se o Lucro Líquido do Exercício atribuído aos Acionistas pela quantidade de ações no final do Exercício. 3.15. Novas normas e interpretações de normas: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: No exercício corrente, a Companhia não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras referentes às alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. 3.15.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022: A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que foram emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia quando da adoção, a saber: - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações CPC26-IAS 1) - Definição de estimativa contábil (CPC 23 - IAS 8) - Contratos de seguros (CPC 50 - IFRS 17) - Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS Demonstração prática 2) - Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 - IAS 12).

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicativos e Investimentos, Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Daycoval, Banco Guanabara, Total de caixa e equivalentes de caixa, Contas a Receber de Clientes, Direitos Creditórios (Nota 5.1), Serviços Executados a Faturar, Processos, CPTM P0 Linha A - 2a arbitragem, Valec - FNS Lote 15, Metro - Monitório Linha 15, GDF - Complexo Penitenciário Papuda, Consorcio TIISA/COMSA Linha 4 amarela, CPTM Linha 13, Valec - FIOLE Lote 07, Total Controladora, Valec - FNS Lote 05, Total Consolidado, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda - IRPJ, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seg. Social - COFINS, Demais Impostos a Compensar, Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos (I)

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicativos e Investimentos, Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Daycoval, Banco Guanabara, Total de caixa e equivalentes de caixa, Contas a Receber de Clientes, Direitos Creditórios (Nota 5.1), Serviços Executados a Faturar, Processos, CPTM P0 Linha A - 2a arbitragem, Valec - FNS Lote 15, Metro - Monitório Linha 15, GDF - Complexo Penitenciário Papuda, Consorcio TIISA/COMSA Linha 4 amarela, CPTM Linha 13, Valec - FIOLE Lote 07, Total Controladora, Valec - FNS Lote 05, Total Consolidado, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda - IRPJ, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seg. Social - COFINS, Demais Impostos a Compensar, Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos (I)

Os Créditos de Imposos Correntes referem-se a Imposos cuja compensação dar-se-á com as operações normais da Companhia em período inferior a 01 ano. (i) Trata-se da constituição de crédito de imposto de renda e de contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL acumulados em 31/12/2021. Considerando a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL acumulados em 31/12/2021.

negativa de CSL, para abater da dívida consolidada no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a Companhia constitui o saldo de 34% que serão utilizados no Programa de retomada fiscal regulamentado pela Portaria PGFN nº 11.496/2021. Em 28/11/2022 foi protocolado o pedido de acordo de transação Individual. 7. Direitos Creditórios:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Dnit (a)	36.000	36.000	36.000	36.000
Cessão de Direitos Creditórios (b)	1.372	2.473	1.372	2.473
Circulante	37.372	38.473	37.372	38.473
Não circulante				
	37.372	38.473	37.372	38.473

(a) Dnit: O montante de R\$ 36.000 refere-se a crédito junto ao Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Estado do Mato Grosso, suportado por laudo pericial e ação judicial, em fase de reexame necessário, cujo valor atualizado foi apurado com base em laudo pericial concluído em Nov/2011. Tal valor decorre de pleito por realização de obra para o extinto DNER do Mato Grosso, contrato nº 066/89/00/00, em razão do atraso de pagamento (juros e correção monetária) e custos decorrentes de mobilizações e desmobilizações extraordinárias não contempladas na proposta comercial. Os consultores jurídicos responsáveis pelo processo entendem que a chance de reversão da decisão de procedência de Primeira Instância é remota e que o julgamento do reexame necessário, que deverá confirmar a sentença a qual, deverá ocorrer no ano de 2.024. (b) Cessão de Direitos: O montante de R\$1.372 na controladora e consolidado refere-se a cessão de direitos creditórios de valores pagos pela TIISA relativos a débitos de responsabilidade do Grupo IES/INEPAR. Esses valores estão em processo de cobrança com avançadas negociações e previsão para recebimento no segundo semestre de 2.023. 8. Imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Veículos	20	10	1.945	2.262
Móveis e Utensílios	10	10	119	105
Computadores, Periféricos	20	20	1.785	1.768
Bens e Equipamentos Pesados	6,67 a 10	9,709	9,709	9,709
Equipamentos Ferroviários	6,67 a 10	1,876	1,876	1,876
Máquinas e Equipamentos	10	1,330	1,404	1,330
Embarcações	6,67	2,578	2,578	2,578
Total de Depreciação	19,416	19,828	19,416	19,828
Depreciações Acumuladas	(14,926)	(14,100)	(14,926)	(14,100)
Imobilizado Líquido	4.490	5.528	4.490	5.528

A movimentação do Ativo Imobilizado na controladora em 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

Custo Corrigido	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	105	14	119	119
Adições (+)	14	-	119	119
Baixas (-)	-	-	9,709	9,709
Veículos	2,262	-	1,945	1,945
Computadores, Periféricos e Softwares	1,768	17	1,785	1,785
Equipamentos Ferroviários	1,876	-	1,876	1,876
Máquinas e Equipamentos	1,330	74	1,404	1,330
Embarcações	2,578	-	2,578	2,578
Total de Custo	19,828	105	19,828	19,828

Depreciação Acumulada	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	(99)	(3)	(102)	(102)
Adições (+)	(3)	-	(102)	(102)
Baixas (-)	(6,894)	(627)	(7,521)	(7,521)
Veículos	(1,428)	(151)	(1,343)	(1,343)
Computadores, Periféricos e Softwares	(1,727)	(9)	(1,736)	(1,736)
Equipamentos Ferroviários	(1,308)	(30)	(1,338)	(1,338)
Máquinas e Equipamentos	(1,507)	(172)	(1,679)	(1,679)
Embarcações	(1,137)	(70)	(1,207)	(1,207)
Total de Depreciação	(14,100)	(1,062)	(14,926)	(14,926)

Total Líquido	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	5,528	(956)	(81)	4,490
Depreciação (-)	-	-	-	-
Total	5,528	(956)	(81)	4,490

A movimentação do Ativo Imobilizado no Consolidado em 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

Custo Corrigido	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	105	14	119	119
Adições (+)	14	-	119	119
Baixas (-)	-	-	9,709	9,709
Veículos	2,262	-	1,945	1,945
Computadores, Periféricos e Softwares	1,768	17	1,785	1,785
Equipamentos Ferroviários	1,876	-	1,876	1,876
Máquinas e Equipamentos	1,330	74	1,404	1,330
Embarcações	2,578	-	2,578	2,578
Total de Custo	19,828	105	19,828	19,828

Depreciação Acumulada	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	(99)	(3)	(102)	(102)
Adições (+)	(3)	-	(102)	(102)
Baixas (-)	(6,894)	(627)	(7,521)	(7,521)
Veículos	(1,428)	(151)	(1,343)	(1,343)
Computadores, Periféricos e Softwares	(1,727)	(9)	(1,736)	(1,736)
Equipamentos Ferroviários	(1,308)	(30)	(1,338)	(1,338)
Máquinas e Equipamentos	(1,507)	(172)	(1,679)	(1,679)
Embarcações	(1,137)	(70)	(1,207)	(1,207)
Total de Depreciação	(14,100)	(1,062)	(14,926)	(14,926)

Total Líquido	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	5,528	(956)	(81)	4,490
Depreciação (-)	-	-	-	-
Total	5,528	(956)	(81)	4,490

A Companhia, em atendimento a NBC T 01 - Redução ao Valor Recuperável efetuou a análise do valor de recuperação do ativo Imobilizado. Com base nos estudos realizados, não foram identificados Ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação (vide Nota explicativa 3.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos). 9. Intangível:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Software	20	1,316	1,316	1,316
Acervo Técnico	7,464	7,464	7,464	7,464
Total Intangível	7,484	8,780	8,780	8,780
Amortizações Acumuladas	(1,316)	(1,316)	(1,316)	(1,316)
Intangível Líquido	6,168	7,464	7,464	7,464

A movimentação do Ativo Intangível na controladora em 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	7,464	-	7,464	7,464
Adições (+)	-	-	-	-
Baixas (-)	-	-	-	-
Acervo Técnico	7,464	-	7,464	7,464
Software	1,316	-	1,316	1,316
Total Custo Intangível	8,780	-	8,780	8,780
Amortização de Software	(1,316)	-	(1,316)	(1,316)
Intangível Custo Líquido	7,464	-	7,464	7,464

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Software	20	1,316	1,316	1,316
Acervo técnico	7,464	7,464	7,464	7,464
Total Intangível	7,484	8,780	8,780	8,780
Amortizações Acumuladas	(1,316)	(1,316)	(1,316)	(1,316)
Intangível Líquido	6,168	7,464	7,464	7,464

A movimentação do Ativo Intangível Consolidado em 2022 e 2021 está apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
Saldo	7,464	-	7,464	7,464
Adições (+)	-	-	-	-
Baixas (-)	-	-	-	-
Acervo Técnico	7,464	-	7,464	7,464
Software	1,316	-	1,316	1,316
Total Custo Intangível	8,780	-	8,780	8,780
Amortização de Software	(1,316)	-	(1,316)	(1,316)
Intangível Custo Líquido	7,464	-	7,464	7,464

Em Setembro de 2008, foram emitidos laudos técnicos realizados por empresas especializadas e independentes, onde houve a menção da acervo técnico correspondente às obras executadas no segmento, pelas então acionistas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A e Construtora Triunfo S/A, que integraram o referido acervo em aumento de capital na TIISA. Em 2022 e 2021 as estimativas foram revistas, não havendo a necessidade de ajustes referentes a recuperabilidade deste (vide Nota explicativa 3.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos). 10. Partes Relacionadas: Os saldos das principais operações decorrem de transações para gestão de Fluxo de Caixa dos negócios operados pela TIISA. Os saldos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 estão assim apresentados:

Ativo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Triunfo Holding Particip. – THC (i)	32.843	19.441	32.843	19.441
Appia Infraestr. e Invest. Ltda	-	250	-	250
Construtora Triunfo S/A	4.802	83.317	29.295	33.797
SCPs - Conta Corrente (ii)	37.412	71.345	51.858	18.524
Total	75.057	174.353	113.996	376.012

Ativo Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Triunfo Holding Particip. – THC (i)	32.843	19.441	32.843	19.441
Appia Infraestr. e Invest. Ltda	-	250	-	250
Construtora Triunfo S/A	4.802	83.317	29.295	33.797
SCPs - Conta Corrente (ii)	37.412	71.345	51.858	18.524
Total	75.057	174.353	113.996	376.012

10.2 Débitos com Partes Relacionadas:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Construtora Triunfo S.A	1.163	10.689	1.163	10.689
Constrórcios - Notas de Débito (ii)	4.665	6.189	14.582	2.277
Constrórcios - Conta Corrente (ii)	-	104.542	-	256.037
SCPs - Conta Corrente (ii)	-	2.105	-	35.148
Total	5.828	123.525	15.745	304.151

Passivo Circulante
Passivo Não Circulante
5.828 **123.525** **15.745** **304.151**

(i) A TIISA mantém com sua controladora THC um conta corrente com o objetivo de efetivar a circulação de recursos financeiros para gerir e desenvolver suas atividades, principalmente, quanto ao cumprimento das obrigações junto aos credores da Recuperação Judicial. (ii) Os valores a receber e a pagar com constrórcios e SCP referem-se à participação da Companhia nas obras administradas em conjunto e foram escriturados conforme o percentual de participação em cada empreendimento. SCPs: a) VALEC – FERROVIA NORTE-SUL - LOTE 5 (SCP013): Constituída em Dezembro de 2010, para a execução das obras e serviços de engenharia para implantação do sub-trecho da Ferrovia Norte-Sul compreendido entre Ouro Verde (km 0 + 000) e Estrela do Oeste (km 669 + 550) - Lote 05 - da ponte sobre o Rio Arantes (km 527 + 640) até Estrela do Oeste (km 669 + 550) e de R\$540.971,1 b) VALEC – ESTRELA DO OESTE (SCP025): Constituída em Dezembro de 2010, para a execução das obras e serviços do km 669+470,450+000,000 a km 2+994,25, no trecho de ligação da Ferrovia Norte-Sul - FNS-ES com a ALL. O prazo de execução, com TAC1, é de 27 meses e o valor do contrato com aditivos, na data-base Novembro/2013, é de R\$18.900, c) DAEE – MANUTENÇÃO RIO TIETE (SCP027): Constituída em Abril de 2017, para operação e manutenção do Canal do Rio Tietê, entre as estações 201 e 2260. O prazo de execução é de 12 meses e o valor do contrato com aditivos, na data-base Janeiro/2017, é de R\$37.263, d) DAEE – DESASSOREAMENTO RIO TIETE (SCP028): Constituída em Junho de 2017, para execução de serviços técnicos de Dessassoreamento do Rio Tietê no trecho compreendido entre a Barragem da Penha e a Foz do Corrego Três Pontes, totalizando uma extensão de 24,56 Km, nos municípios de São Paulo e Guarulhos, parte integrante da 1ª etapa do Programa Parque Várzea dos Rios. O prazo de execução é de 19 meses e o valor do contrato com aditivos, na data-base Dezembro/2016, é de R\$24.455, e) DAEE – CANAL TIETE (SCP031): Constituída em Abril de 2017, para operação e manutenção do canal do rio Tietê, entre as estações 201 e 2.260, nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Osasco, Barueri e Carapicuíba, Estado de São Paulo. O prazo de execução é de 12 meses e o valor do contrato com aditivos, na data-base Maio/2022, é de R\$20.457, f) Consórcios Ativos: a) VALEC – FIOJ LOTE 07: Consórcio formado em 20 de Julho de 2010, com o objetivo de prestar serviços de execução de obras e de engenharia especializada para implantação do sub-trecho da Ferrovia Oeste Leste – FIOJ – Lote 7. O prazo de execução, com TAC1 e TAC2, é de 82 meses e o valor do contrato com aditivos, na data-base Setembro/2009, é de R\$587.977, b) SIURB - Rio Aricanduva: Consórcio formado em Fevereiro de 2015, com o objetivo de prestar serviços de execução de obra civil de drenagem para controle de inundações na base do Rio Aricanduva - fase complementar I - integrantes dos Lotes 1 e 2 - Lote 1. O prazo de execução, com TAC1 a TAC2, é de 60 meses e o valor do contrato com aditivo, na data-base Setembro/2013, é de R\$174.129, c) METRO Linha 4 Fase 02: Constituída em Julho de 2016, para a execução de obra civil, obra bruta e acabamentos, contemplando obras remanescentes, para conclusão da linha 4 Amarela. O prazo de execução, com TAC1 a TAC2, é de 52,5 meses e o valor do contrato, na data-base Abril/2016, é de R\$910.805 d) METRO - Linha 4 Fase 02 Via Permanente Consórcio formado em Janeiro de 2018, com o objetivo de prestar serviços de elaboração de projeto, fomento, implantação, homologações, testes e documentação técnica para via permanente e seus respectivos sobressaentes para conclusão da Fase 2 da Linha 4 – Amarela da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRO, no trecho em túnel de prolongamento Via Sônia e trechos em fixação direta das vias de teste e injeção do Pátio Via Sônia. O prazo de execução, com TAC1, é de 29 meses e o valor do contrato, na data-base Julho/2017, é de R\$33.764, e) FIOJ LOTE 04-A: Consórcio formado em Novembro de 2021, com o objetivo de prestar serviços de elaboração de projeto básico e executivo de engenharia e execução dos serviços remanescentes para conclusão das obras do lote 04 da Ferrovia de Integração Oeste Leste de acordo com o Edital de Licitação nº 11/2021 da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. O prazo de execução é de 36 meses e o valor do contrato é de R\$500.219. 11. Empréstimos e Financiamentos (consolidado)

Objeto	Moeda	Encargos	Saldo	
			31.12.2022	31.12.2021
Banco Guanabara	R\$	20,27% a 21,69% a.a	17.025	-
Total dos empréstimos			17.025	-

Passivo Circulante **14.488**
Passivo Não circulante **2.537**

Os empréstimos de capital de giro são garantidos por avais dos acionistas mais recebíveis de contratos. A amortização dos empréstimos a longo prazo deverá finalizar em 01 de julho de 2024. 12. Obrigações Previdenciárias e Sociais:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e Contribuições Previdenciárias	620	1.101	4.490	4.817
Honorários a Pagar	23	-	161	32
Salários e Ordenados	176	710	1.760	1.712
Total	819	1.811	6.411	6.561

Passivo Circulante **819** **1.811** **6.411** **6.561**
Passivo Não circulante **2.537**

13. Obrigações Tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Impostos Correntes (ii)	85.218	20.091	91.117	20.848
Impostos Diferidos	148	3.083	9.491	11.492
Impostos Retidos	807	2.012	5.018	5.671
IRPJ e CSL a recolher	2.971	588	4.004	588
Demais Impostos	-	100	33	1.010
Total	89.144	25.874	109.664	39.609

Parcelamento Municipal (i) **5.823** **15.102** **12.637** **25.516**
Parcelamento Federal – RFB **39.710** **42.302** **42.239** **43.808**
Parcelamento Federal – PGFN (ii) **-** **46.398** **8** **46.420**
Total **45.533** **103.802** **54.884** **115.744**

Total Obrigações Tributárias **134.677** **129.676** **164.548** **155.353**

Passivo Circulante **101.310** **62.652** **115.869** **74.088**
Passivo Não Circulante **33.367** **67.024** **48.679** **81.265**

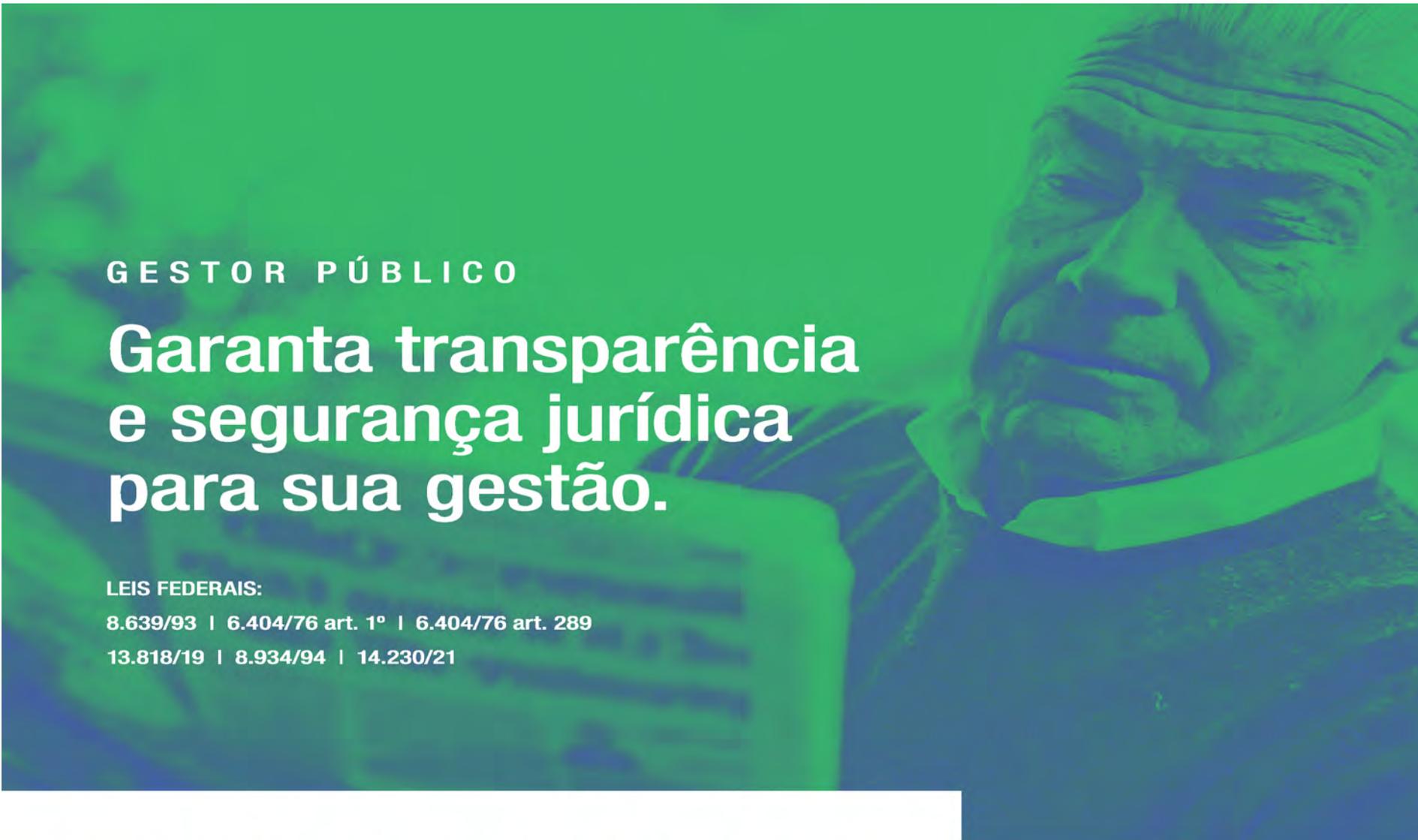
(i) Em agosto de 2017 adenu o PPI Programa de Parcelamento Incentivado junto à PMS – Lei nº 16.680/2017, incluindo débitos inscritos em dívida ativa, parcelados em 120 vezes. Foram realizados, ainda, parcelamentos no Distrito Federal em 60 parcelas, e junto à Prefeitura de Iturama/MG em 48 parcelas. Em dezembro de 2021 foram rescindidos os Parcelamentos Administrativos de débitos tributários (PAT), junto à prefeitura de São Paulo. Os débitos remanescentes foram realocados em impostos corrente e devidamente atualizados. (ii) Em maio de 2017 a Companhia adenu ao PRT – Programa de Regularização Tributária, conforme IN nº 1.687/2017 no âmbito da RFB – demais débitos, para quitação em 84 meses, cujas parcelas estão sendo pagas regularmente. Em agosto 2021 a Companhia adenu também ao parcelamento ordinário no campo previdenciário para pagamento em 60 parcelas. Em agosto de 2022 a Companhia optou pela assistência das transações excepcionais de débitos previdenciários e demais débitos inscritos e parcelados no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Todos os débitos foram realocados em impostos corrente e serão incluídos no Programa

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Tisa Infraestrutura e Investimentos S.A. – em Recuperação Judicial** - Curitiba - PR - **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tisa Infraestrutura e Investimentos S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Tisa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Tisa Infraestrutura e Investimentos S.A. – em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, do acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme descrito na Nota Explicativa 6 (I), durante o exercício a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social existentes em 31 de dezembro de 2021, cujo saldo totaliza R\$ 42.762 mil na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2022. A Administração efetuou o registro considerando a possibilidade de utilizar os referidos créditos para a liquidação de dívidas tributárias no âmbito da Portaria PGFN nº 6.757/22 cuja realização é dependente do deferimento do acordo para utilização desses créditos por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, não profiro até a data de emissão deste relatório, portanto, não foi possível determinar a necessidade ou não de registro de provisão para impairment sobre o referido montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Valores a receber junto aos órgãos públicos:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 5, 1 e 7.a, a Companhia possui valores a receber registrados no ativo oriundos de ações judiciais relacionadas a contratos de empreitadas de obras já concluídas junto a órgãos públicos, no montante de R\$ 144.697 mil (R\$171.209 mil no consolidado). A Administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. **Continuidade das operações:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.c e 15, com o deferimento do pedido de recuperação judicial em junho de 2019, a Companhia desenvolveu seu plano de reestruturação com o objetivo de dar continuidade aos negócios e honrar os compromissos homologados, assumidos junto aos credores. O sucesso no resultado da reestruturação em andamento e continuidade dos negócios da Companhia é dependente da geração de caixa da operação, da captação de recursos de terceiros e/ou dos sócios e da venda de ativos, juntos em montante suficiente para pagamento de dívidas e manutenção do funcionamento dos negócios. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a estes assuntos. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir,

a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, e apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nos cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos acima, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Reconhecimento de receita e custos de contrato de construção:** Detalhes sobre a política contábil estão descritos na Nota Explicativa nº 3.8. A Companhia celebra com seus clientes, contratos de execução de construção pesada de bens a preço fixo. Os serviços referentes a esses contratos são executados normalmente durante um período de tempo diferente do período de encerramento contábil do exercício. A receita e custos são reconhecidos no resultado pelo método da percentagem completada nos exercícios contábeis em que o trabalho for executado. Qualquer excedente esperado dos custos estimados totais sobre o total da receita, objeto do contrato, é reconhecido imediatamente como despesa do exercício. Resposta da auditoria ao assunto: Examinamos os contratos de construção, a percentagem completada das obras em andamento e concluídas no período, evidências de medições e aprovações, estimativas de custos e preço contratual. Examinamos os custos incorridos, a análise da expectativa de custos a incorrer apresentada e efetuamos comparação com as estimativas elaboradas pela Administração para cada contrato. Testamos a composição da receita registrada com base na percentagem completada do contrato. Examinamos a liquidação subsequente de valores a receber de contratos e, adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação ao reconhecimento da receita e custos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e apresentação da receita e custos de contrato de construção, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 3.8, 19 e 20, parecem adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e omitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ii) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. iii) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. iv) Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. v) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. vi) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 23 de maio de 2023. **UPWARDS Auditores Independentes S.S. CRC SP 032599/0-1 - Luciano Norris - Contador CRC**



GESTOR PÚBLICO

Garanta transparência e segurança jurídica para sua gestão.

LEIS FEDERAIS:
 8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289
 13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Prestar contas dos atos de governo em jornal é lei e prova de respeito ao cidadão. E é, também, uma forma simples de garantir mais tranquilidade em meio aos complicados aspectos legais da administração pública.

Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética.

Publique seus editais, chamamentos, prestações de contas e balanços nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

SINDEJOR PR
 SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
 DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 066/2023 – PMM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE COM TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA DE FINANÇAS, com as características e especificações constantes deste Edital.

VALOR MÁXIMO: R\$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 02/06/2023, a partir das 08h00 min.

TÉRMINO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: Dia 16/06/2023, até às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: Dia 16/06/2023 às 09h00min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Matinhos utilizará o portal de Licitações **BLL COMPRAS** link <https://bllcompras.com/Home/Login> para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, no portal de transparência <https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800 3971 600 nos ramais: 795 - 807 - 811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br

Matinhos, 31 de maio de 2023.

Janete de Fátima schmitz
Pregoeira

INTERDIÇÃO - PROCESSO Nº 0012386-12.2021.8.16.0194 - GILBERTO KAMINSKI e JAQUELINE APARECIDA ZIEMBA KAMINSKI X GUILHERME ZIEMBA KAMINSKI - A Dra. Renata Eliza Fonseca de Barcelos Costa, Juíza de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo processou-se os autos em que são requerentes GILBERTO KAMINSKI e JAQUELINE APARECIDA ZIEMBA KAMINSKI, e interditando GUILHERME ZIEMBA KAMINSKI, residente em Curitiba/PR, sendo declarada por sentença a interdição do requerido, nomeando como curadores GILBERTO KAMINSKI e JAQUELINE APARECIDA ZIEMBA KAMINSKI, no que se refere à defesa dos interesses do interditado. ADV. ADRIANA RIOS MENEZES OAB/PR 26389

MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 007/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 327/2022

OBJETO: Pavimentação de Vias Urbanas em CBUQ 6.934,64 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos.

VALOR MÁXIMO: O preço total máximo é de R\$ 2.109.707,32 (Dois milhões, cento e nove mil, setecentos e sete reais e trinta e dois centavos).

DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: No Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Contenda, na Avenida João Franco, nº 400, Centro, Contenda/PR, até às 08h45min do dia 05 de JULHO de 2023 (05/07/2023) e a abertura se dará no mesmo dia às 09h00min.

O Edital poderá ser examinado e adquirido através do site www.contenda.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Contenda, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (41) 3625-1212 e através do e-mail pregao@contenda.pr.gov.br.

Contenda, 31 de maio de 2023.

Fabiano Veiga Oliva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Decreto nº 062/2023

Emissão de Licença de Instalação de Ampliação
A Empresa abaixo, torna público que recebeu do IAT, Licença de Instalação de Ampliação para o empreendimento a seguir:
Empresa: **MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO**
Atividade: Ampliação da capacidade de produção
Atividade Específica: Produção de Cimento
Endereço: Rua Januário Plaster Trannin, nº 40 - Vila Carumbé
Município: Adrianópolis/PR
Licença nº 296601 - Validade 30/05/2025

siapar
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL DO PARANÁ - SIAPAR, inscrito no CNPJ 05.860.322/0001-24, com sede e foro em Curitiba - PR, Avenida Candido de Abreu, 776, 15º andar - sala 1501/1502 no bairro Centro Cívico em Curitiba (PR), para os fins previstos na legislação e no Estatuto da Entidade, convoca os associados, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Casa da Indústria, na Av. Candido de Abreu, 776, 15º andar - sala 1501/1502 no bairro Centro Cívico em Curitiba (PR), em primeira convocação às 18h:00min e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, às 19h:00min do dia 06 de junho de 2023, terça-feira, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) aprovação da alteração do endereço da sede; b) aprovação e consolidação da alteração do Estatuto para que nele passe a constar o novo endereço da sede. As deliberações serão adotadas em conformidade com as disposições estatutárias e legais.

Curitiba (PR), 30 de maio de 2023

Jussara Locatelli

siapar

CAIXA **MINISTÉRIO DA FAZENDA** **GOVERNO FEDERAL**
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3089/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3090/0223 CPA/RE - 2º Leilão

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 26/05/2023 até 25/06/2023, no primeiro leilão, e de 04/07/2023 até 10/07/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. ORLANDO ARAÚJO DOS SANTOS, Setor Comercial Sul, SCS, Quadra 8, Bloco A, nº 71, Ed. José Severo, Sala 513, Asa Sul, Brasília-DF, Cep 70326-900, Fones (61) 3208-4981 / (61) 98534-8080 e atendimento de segunda a sexta das 8:00h às 18:00h, site: www.aleiloes.com.br O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/leiloescaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 26/06/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 11/07/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.aleiloes.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

Aviso de Alteração de Edital e Reabertura de Prazo

Pregão Eletrônico nº 056/2023

A Pregoeira designada pelo Decreto nº 200/2023, no uso de suas atribuições, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação em epígrafe, a qual tem por objeto a "Aquisição de bebedouros industriais", que foram efetuadas alterações no edital. Diante das alterações referidas, fica designado o dia 16/06/2023, às 09h30min, para abertura da sessão pública, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg> - Portal de Compras do Governo Federal. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 1.079.514,48. O Edital alterado estará disponível aos interessados, no site <http://www.pinhais.pr.gov.br> no link Licitações, do dia 01/06/2023 ao 15/06/2023. **INFORMAÇÕES:** poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (41) 99268-9054, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 31/05/2023.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEI – ESTADO DO PARANÁ
CONCORRÊNCIA Nº.01/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Revitalização da Avenida das Flores.

Tipo: MENOR PREÇO

Abertura: 04/07/2023

Horário: 09:00 horas

Valor máximo: R\$ 7.541.099,38 (sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, noventa e nove reais e trinta e oito centavos).

A íntegra do edital estará disponível: <http://www.carambei.pr.gov.br/>, mais informações, poderão ser solicitados pelo e-mail: compras@carambei.pr.gov.br ou pelo fone: (42) 3231-9886, (42) 99119-3716.

Carambei, 31 de MAIO de 2023.

PAULO GEOVANNY DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação
Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEI – ESTADO DO PARANÁ
CONCORRÊNCIA Nº.02/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Pavimentação Asfáltica na Estrada de Catanduvas.

Tipo: MENOR PREÇO

Abertura: 06/07/2023

Horário: 09:00 horas

Valor máximo: R\$ 6.961.659,31 (seis milhões, novecentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e um centavo).

A íntegra do edital estará disponível: <http://www.carambei.pr.gov.br/>, mais informações, poderão ser solicitados pelo e-mail: compras@carambei.pr.gov.br ou pelo fone: (42) 3231-9886, (42) 99119-3716.

Carambei, 31 de MAIO de 2023.

PAULO GEOVANNY DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação
Departamento de Compras e Licitações

MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023 - PROCESSO nº 103/2023

OBJETO: Aquisição de controladores de semáforo para os cruzamentos da Rua 19 de Dezembro com Rua D. Pedro II e Rua Rui Barbosa com Rua Dep. Benedito Lúcio Machado.

VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 17.000,00. - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 22/06/2023, no site <http://bllcompras.org.br/> - **EDITAL:** Disponível no site www.santoantoniodaplatina.atende.net - **INFORMAÇÕES E ELEMENTOS:** FONES/MAIL: (43) 3534-8700 – ramal 214 – e-mail: licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br.

Santo Antônio da Platina/PR, 31 de maio de 2023. - **JOSÉ DA SILVA COELHO NETO** - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR

Aviso de Licitação

O Município de Ponta Grossa/PR realizará no dia 20 de junho de 2023, às 13h00min, **pregão eletrônico nº 122/2023**, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bllcompras.com), para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desentupimento de tubulações de esgoto, drenagem de fossa séptica, limpeza de caixa de gordura, calhas e canaletas pluviais. Valor Máximo: R\$ 968.076,00. Mais informações serão fornecidas das 12 horas às 18 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 1006) ou ainda através do link <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalttransparencia/>.

Ponta Grossa, 31 / 05 / 2023

Simone do Rocio Pereira Neves
Secretária Municipal de Educação.

3350.6620

**Edital de Notificação**

REFERENTE À COBRANÇA DE CRÉDITOS INADIMPLIDOS COM RISCO DA UNIÃO OU FUNDOS PÚBLICOS FEDERAIS, CÚJA ADMINISTRAÇÃO ESTÁ A CARGO DO BANCO DO BRASIL S.A., COMUNICANDO A PERTINÊNCIA DO CRÉDITO À UNIÃO, VENCIMENTO DE DÍVIDA E INSCRIÇÃO NO CADIN.

O Banco do Brasil S.A., conforme autorização concedida por meio da Portaria do Ministério da Fazenda Nº 202, de 21 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, de 23.07.2004, NOTIFICA O(S) RESPONSÁVEL(IS) POR OPERAÇÃO INADIMPLIDA DE PRONAF, ABAIXO RELACIONADO(S), que a não regularização da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação deste Edital.

- a) resultará no encaminhamento do crédito não quitado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, tomando o débito passível de inscrição em Dívida Ativa da União;
- b) tomará o débito passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, nos termos da Lei Nº 10.522, de 19.07.2002.

O crédito inadimplido, referente à operação abaixo relacionada, foi contratado com recursos Públicos Federais, sendo crédito de conta e risco da União.

Para a realização dos pagamentos devidos e/ou obtenção de informações a respeito das dívidas, o devedor deverá se dirigir à dependência do Banco responsável pela condução da operação.

NOME	CPF	PARTICIPAÇÃO	Nº OPERAÇÃO
ESPOLIO DE EDSON DE OLIVEIRA	072.811.049-01	MUTUÁRIO	40/06054

Itsem Campos Andrade
Gerente Geral

**Edital de Notificação**

O Banco do Brasil S.A., conforme autorização concedida por intermédio da Portaria MF nº 202, de 21 de julho de 2004, Norma de Execução de Dívida MDA/SRA nº 01, de 29 de junho de 2011 e o contrato de financiamento entre este agente financeiro e o(s) mutuário(s) abaixo identificado(s), após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal (AR), NOTIFICA POR OPERAÇÃO INADIMPLIDA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, que a não liquidação da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação deste Edital, resultará no encaminhamento de processo à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, para inscrição em Dívida Ativa da União e tomará passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal Cadin.

Para realização dos pagamentos devidos, o devedor deverá se dirigir à dependência do Banco responsável pela operação.

NOME	CPF	PARTICIPAÇÃO	Nº OPERAÇÃO
ESPOLIO ROSANGELA DE FATIMA FERNANDES SEVERIN	34931641814	MUTUÁRIO	4000009

Itsem Campos Andrade
Gerente Geral

Unimed 
Curitiba

Licença Ambiental Prévia

A Unimed Curitiba – Sociedade Cooperativa de Médicos torna público que irá requerer à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA/Curitiba a Licença Ambiental Prévia para atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, sito à Avenida Visconde de Guarapuava, 3077, bairro Centro, município de Curitiba/PR.

3350.6620

GESTOR PÚBLICO

**Garanta transparência
e segurança jurídica
para sua gestão.**

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Prestar contas dos atos de governo em jornal é lei e prova de respeito ao cidadão. E é, também, uma forma simples de garantir mais tranquilidade em meio aos complicados aspectos legais da administração pública. Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética. Publique seus editais, chamamentos, prestações de contas e balanços nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

SINDEJOR PR
SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Estado do Paraná – Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2023
PROCESSO Nº 10.903/2023

OBJETO: Contratação de Empresa visando o Fornecimento, Instalação e Manutenção de Grama Sintética, Alambrados, Redes de Proteção e Gradil. I.D. 1004236

TIPO: Menor Preço Total do Lote

DATA DA ABERTURA: 16/06/2023 – **HORÁRIO:** 09:00 horas

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.319.109,96 (Dois milhões, trezentos e dezanove mil, cento e nove reais e noventa e seis centavos)

ENDEREÇO: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações) e www.licitacoes-e.com.br.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 445/2017, 816/2018 e 683/2018 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1810.

PARANAGUÁ, 31 DE MAIO DE 2023.
ROSIANA DO ROCIO PEREIRA PESCH - Pregoeira

LEILÃO JUDICIAL
12ª Vara Federal de Curitiba Autos nº 5054054-27.2020.4.04.7000/PR
APARTAMENTO CAMPINAS - SÃO PAULO
ÁREA TOTAL DE 392,00M², NO 9º ANDAR

AVALIAÇÃO
R\$ 1.800.000,00

1ª Praça: 21/06/2023 - 100%
2ª Praça: 28/06/2023 - 80%

Condições: À vista ou 30% entrada + Saldo em até 18 parcelas corrigidas pela Selic

www.nogarileiloes.com.br (41) 3333-1515 • (41) 9 9255-4592

Informe publicitário: Eventuais incorreções e ou menções, prevaleçam as determinações do Edital de Leilão.

NOGARI

CINDEPAR
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ - CINDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023

Em análise ao processo licitatório, da Diretoria, em conversa informal com potencial participante da licitação, acerca a exigência da apresentação da planilha de custo em conjunto com a proposta de preços, chegou-se a conclusão por alteração de tal disposição mencionado no edital, considerando que a alteração afetará a formulação das propostas, tendo em vista a possibilidade de ampliação de competitividade, há necessidade de alteração da data de abertura da sessão pública, assim;

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ - CINDEPAR, com sede na Rua Rodolfo Bernardelli 305 casa 01, Jardim Imperial, nesta cidade de Astorga-PR, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do processo licitatório supra mencionado, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de Emulsão RC-1C E**, utilizada na aplicação de Micro revestimento asfáltico a frio; **Emulsão RR - 2C**, utilizada na aplicação de Tratamento Superficial Duplo (TSD) + Capa Selante; **Emulsão Asfáltica para Imprimação (EAI)**; e **Emulsão RL - 1C**, utilizada na produção de massa asfáltica Prê Misturada a Frio (PMF); e **Emulsão RR - 1C**, utilizada na execução de Pintura de Ligação; visando atender os municípios integrantes do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná - CINDEPAR, podendo, esta, ser compartilhada com os mesmos ou ainda com aqueles municípios que vierem a integrá-lo.

- No item 9.23.1. Edital, onde se lê:
9.23.1. A proposta ajustada deverá ser apresentada junto com a planilha de custo/composição de preços, conforme ANEXO III deste Edital, a não apresentação da planilha de custos, ensejará a desclassificação da proposta e convocação do próximo licitante classificado.

- Leia-se:
9.23.1. A proposta ajustada deverá ser apresentada em conjunto com a planilha de custos detalhada, contendo no mínimo: valor dos produtos/insumos, BDI (percentual máximo 14,02%), conforme dispõe o acordo 2622/2013 do TCU, impostos e frete. Destaca-se que a não apresentação de planilha detalhada com as informações citadas neste item, ensejará a desclassificação da proposta e convocação do próximo licitante classificado.

- No Edital, onde se lê os anexos abaixo:
ANEXO IV: Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
ANEXO V: Declaração de Não Parentesco;
ANEXO VI: Declaração de Qualificação Econômico-Financeira.
ANEXO VII: Minuta de Ata de Registro de Preços;
ANEXO VIII: Minuta de Contrato Administrativo

- Leia-se:
ANEXO III: Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
ANEXO IV: Declaração de Não Parentesco;
ANEXO V: Declaração de Qualificação Econômico-Financeira,
ANEXO VI: Minuta de Ata de Registro de Preços;
ANEXO VII: Minuta de Contrato Administrativo

- Fica suprimido Anexo III – Planilha de Composição de Preços do Edital

- Fica prorrogada a data e o horário de ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, conforme abaixo:

▷ **DATA E HORA PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:** A sessão pública ocorrerá de forma eletrônica será aberta às **09:00 h (nove horas) do dia 19 de junho de 2023.**

Astorga-PR, 31 de maio de 2023.

SUZIE APARECIDA PUCILLO
ZANATTA:65081820997
Dados: 2023.05.31 13:31:42 -03'00'

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Presidente do CINDEPAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES - DATAS-BASE MAIO E JUNHO 2023/2024

O Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os integrantes da categoria comerciária (como definida na Lei 12.790/2013, DOU 15/03/2013), associados e não-associados, que mantêm relação de emprego com as empresas do comércio atacadista e varejista, em toda a sua base territorial (Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Campina Grande do Sul, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandrituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais e Tunas do Paraná), a PARTICIPAREM da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a qual realizar-se-á no próximo dia **05 de junho de 2023, às 18h15 minutos (dezoito e quinze)**, em primeira convocação na sede da entidade localizada na Rua XV de Novembro No. 1040, Centro, Curitiba, Paraná, Telefone (41) 3322 0811, e-mail sindicom@sindicom.org, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e votação/aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Apresentação e deliberação sobre a proposta (rol) de reivindicações para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho junto às categorias econômicas representantes do comércio datas-bases MAIO E JUNHO 2023/2024, visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional; 3) Autorização para a diretoria firmar Termos Aditivos a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024; 4) Apresentação e deliberação sobre a proposta de fixação e desconto da Contribuição Assistencial (art. 16 do Estatuto Social)/Taxa Negocial, bem como a forma e os prazos para o desconto em folha de pagamento de todos aqueles que participam das categorias profissionais (CLT, art. 513, alínea "c") abrangidos pelas normas coletivas, inclusive a discussão e a deliberação sobre a forma, o momento e as consequências do exercício do direito de oposição do trabalhador; 5) Deliberação das condições em que haverá paralisação coletiva, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada; 6) Deliberação sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade e/ou da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná para negociar e firmar a norma coletiva, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso. O **item 1** será votado por aclamação e os **itens 2, 3, 4 e 05** serão votados por escrutínio secreto, podendo serem votados individualmente ou em bloco(s), conforme decidir a Assembleia. Em conformidade com o artigo 19 do Estatuto Social, o quórum para instalação, funcionamento e validade da Assembleia será o de metade mais um dos comerciários existentes na base territorial (associados ou não-associados), em primeira convocação ou com qualquer número de presentes em **segunda convocação**, uma hora após, às **19h15 minutos (dezanove e quinze)**, no mesmo dia e local. Os sócios serão identificados pela carteira social onde conste o número da matrícula no sindicato; os não-sócios deverão exibir a CTPS onde conste o contrato de trabalho em empresa comercial localizada na base territorial. Afixe-se o presente Edital no quadro de avisos da entidade, e publique-se na forma estatutária. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte três (31/05/2023).

(a) Ariosvaldo Rocha - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023

O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Lei Federal Nº 14.133 de 1º de abril 2021, e Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela Lei n.º147/2014, Decreto n.º036/2011, sob as seguintes condições:

OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Óleos Lubrificantes, Graxas e Produtos de Limpeza Automotiva, para uso na Frota Municipal pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.

PREÇO MÁXIMO: 116.567,63 (Cento e dezesseis mil quinhentos e sessenta e sete reais sessenta e três centavos). **DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 16/06/2023 às 08hs. **DATA DA DISPUTA DE LANCES:** 16/06/2023 Às 08h30min. O Edital e seus anexos estarão disponíveis a partir do dia 01/06/2023 no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br

Tunas do Paraná, 31 de maio de 2023.
MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo "MENOR PREÇO POR LOTE".

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Eletrônicos, Segurança, Informática, Acessórios para Tablet e Serviços de instalação de tais Equipamentos, conforme detalhamento do Anexo I - Termo de Referência. **PREÇO MÁXIMO:** R\$ 382.881,88 (trezentos e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos). **DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 20/06/2023 às 08hs. **DATA DA DISPUTA DE LANCES:** 20/06/2023 Às 08:30min. O Edital e seus anexos estarão disponíveis a partir do dia 01/06/2023 no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br

Tunas do Paraná, 31 de maio de 2023.
MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

A melhor relação
custo x benefício
em publicidade legal
está no
Bem Paraná

Faça um orçamento sem compromisso



ENERGY TECNOLOGIA DE AUTOMAÇÃO S/A
CNPJ 78.448.859/0001-55 NIRE 41300315264
ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

HORA E LOCAL - Aos 27 de abril de 2023, às 09h00min, na atual sede social da companhia Rua Professor Oliveira Vilaça, nº 380, bairro Cidade Industrial, CEP: 81.290-240 em Curitiba-PR.

PRESEÇA - Presentes os acionistas representando a totalidade (100%) do capital social, sendo: LAURA FURMAN VARELLA, brasileira, empresária, casada sob o regime de separação total de bens, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.733.576-2 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 906.572.509-10, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 2546, Ap. 701, Mossunguê, Curitiba/PR, CEP: 81.210-000; GEORGIA FURMAN VARELLA GEWEHR, brasileira, menor emancipada por outorga materna, natural de Curitiba - PR, nascida em 26/12/2005, portadora da cédula de identidade RG nº 10.906.422-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 074.324.449-43, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, nº 2546, Ap. 701, Mossunguê, Curitiba/PR, CEP: 81.210-000; MANUELA FURMAN VARELLA GEWEHR, brasileira, menor impúbere, nascida em 02/08/2008 em Curitiba/PR, estudante, portadora da cédula de identidade civil RG nº 12.825.370-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 087.853.829-14, neste ato representada por sua genitora Laura Furman Varella, brasileira, empresária, casada sob o regime de separação total de bens, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.733.576-2 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 906.572.509-10, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 2546, Ap. 701, Mossunguê, Curitiba/PR, CEP: 81.210-000; ROBERTA FURMAN VARELLA GEWEHR, brasileira, menor impúbere, nascida em 02/08/2008 em Curitiba/PR, estudante, portadora da cédula de identidade civil RG nº 12.825.241-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 087.853.549-70, neste ato representada por sua genitora Laura Furman Varella, brasileira empresária, casada sob o regime de separação total de bens, portadora da cédula de identidade civil RG nº 3.733.576-2 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 906.572.509-10, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 2546, Ap. 701, Mossunguê, Curitiba/PR, CEP: 81.210-000; e FERNANDO VARELLA GEWEHR, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empresário, natural de Joaçaba/SC, portador da cédula de identidade civil RG nº 10.905.140-3 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 004.845.789-28, residente e domiciliado na Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1651, Ap. 201, bairro Mossunguê, Curitiba/PR, CEP 81.200-100, conforme registro no Livro de Presença de Acionistas, conforme registro no Livro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA - Presidente: Sra. LAURA FURMAN VARELLA e Secretário: FERNANDO VARELLA GEWEHR.

PUBLICAÇÃO/CONVOCAÇÃO: Dispensadas na forma do parágrafo 4º do art. 124 da Lei 6.404/76. **ORDEM DO DIA**: (a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (b) Destinação e aprovação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (c) Fixação da remuneração global anual para o Diretor Presidente; e (d) Outros assuntos de interesse social.

DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: Foram aprovados pela unanimidade dos presentes: (a) Foram aprovados pela unanimidade dos presentes o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os quais foram elaborados na forma do artigo 176 da Lei 6.404/76 e publicados de forma eletrônica por intermédio da Central de Balanços disponibilizada e mantida pelo Governo Federal no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, em 26/04/2023, às 17h25m43s, hash de publicação nº BB4EE4ED4BCF13E878FF662AFC1B2380B6CA1AEB, por se enquadrar no Art. 294, III, da Lei nº 6.404/76, em que a companhia fechada que tiver receita bruta anual de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) poderá realizar as publicações ordenadas pela Lei de forma eletrônica. (b) Foi discutido e aprovado a destinação do lucro líquido do exercício findo em 2022, a saber, R\$ 12.636.573,82 (doze milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e dois centavos) foi como segue: R\$ 439.232,20 (quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte centavos) transferido para constituição de reserva legal, não excedendo os 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos da lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações); R\$ 3.049.335,41 (três milhões, quarenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos) para constituição de Reserva Estatutária a título de Reserva de Expansão, R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) a título de dividendos propostos pagos antecipadamente, dentro do ano calendário de 2022; e R\$ 3.548.006,22 (três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seis reais e vinte e dois centavos) à disposição da Assembleia, no qual foi aprovado a distribuição destes dividendos aos acionistas a serem pagos durante o ano de 2023, todos aprovados nesta assembleia. (c) Fixação da remuneração global para o Diretor Presidente em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), perfazendo um total de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para o ano de 2023. (d) Não há outros assuntos de interesse social a serem apreciados em Assembleia Geral Ordinária.

DELIBERAÇÕES FINAIS: Como nada mais havia para ser deliberado, a Sra. Presidente declarou suspensos os trabalhos da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, li em alta voz e achada justa e perfeita, depois de reaberta a sessão foi assinada por mim, secretário da Assembleia, pela Sra. Presidente da Mesa, pelos acionistas, que representam 100% (cem por cento) do capital social e pelo Diretor Presidente da Companhia. (Assinaturas) Laura Furman Varella - Presidente; Fernando Varella Gewehr - Secretário; Acionistas: Fernando Varella Gewehr; Laura Furman Varella; Georgia Furman Varella Gewehr; Manuela Furman Varella Gewehr - representada por Laura Furman Varella; Roberta Furman Varella Gewehr - representada por Laura Furman Varella; Diretor Presidente: Diego Fernando Hoffmann. A presente ata é cópia fiel da registrada no Livro de Atas de Assembleia Geral.

Curitiba, 27 de abril de 2023.

LAURA FURMAN VARELLA Presidente FERNANDO VARELLA GEWEHR Secretário

Acionistas:
 LAURA FURMAN VARELLA FERNANDO VARELLA GEWEHR

GEORGIA FURMAN VARELLA GEWEHR MANUELA FURMAN VARELLA GEWEHR (Representada por Laura Furman Varella)

ROBERTA FURMAN VARELLA GEWEHR (Representada por Laura Furman Varella)

Diretor:
 DIEGO FERNANDO HOFFMANN Diretor Presidente

CERTIFICADO O REGISTRO EM 23/05/2023 15:27 SOB Nº 20233412875. PROTOCOLO: 233412875 DE 23/05/2023.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12307741944. CNPJ DA SEDE: 78448859000155. NIRE: 41300315264. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/04/2023. ENERGY TECNOLOGIA DE AUTOMAÇÃO S/A

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

3350.6620

EDITAL DE LEILÃO EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 9.514/97 ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL

O Leiloeiro Público Oficial, JAIR VICENTE MARTINS, registro Jucepar 609, torna público que venderá em leilão realizado na forma da lei 9.514/97, mediante autorização de Ademicon Administradora de Consórcios S/A, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Sete de Setembro, 5870, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.911.099/0001-29, sucessora de Ademilar Administradora de Consórcios S/A, no dia, local e hora abaixo referidos, o imóvel adiante descrito, para pagamento de dívida decorrente de instrumento particular de compra e venda com pacto adjecto de constituição de alienação da propriedade fiduciária em garantia em caráter escritura pública sob nº 010316-01 de 01/03/2016, em que figurou como CREDORA FIDUCIÁRIA: ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A DEVEDORES FIDUCIANTES: ELIAS JOSE RODRIGUES e sua mulher SIZABETE MARIOLA DENEGA RODRIGUES; Qualificação: brasileiros, casados entre si, ele analista de sistemas, portador da CIRG nº 4.019.807-2/SESP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 529.192.699-68, ela engenheira civil, portadora da CIRG nº 1.678.912-7/SESP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº 766.686.659-34, residentes e domiciliados na Rua Francisco Juglar, 470, apto 901, Mossunguê, Curitiba-PR; IMÓVEIS: APARTAMENTO Nº 901 (novecentos e um), localizado no Décimo (10º) Pavimento ou Nono (9º) Andar, do EDIFÍCIO MAIORCA, integrante do RESIDENCIAL ILHAS BALEARES, situado à Rua Francisco Juglar, nº 470, com testada secundária para a Rua Dep. Heitor Alencar Furtado nº 2551, nesta Cidade de Curitiba, com área construída privativa no pavimento de 178,6150m², área construída privativa no depósito existente no subsolo de 4,1400m², área construída privativa total de 182,7550 m², área construída de uso comum de 50,8377 m² área construída total de 233,5927 m², tendo, ainda, fração de área nos pilotes de 1,4372 m², fração de área no estacionamento descoberto deck e piscina de 12,7126 m² e área de floreira de 3,7800 m², correspondendo-lhe a fração ideal do solo de 0,016765 e quota de 70,2692 m² do terreno onde está construído o Residencial, com as demais características constantes da matrícula, Indicação Fiscal: 29.072.041.134-6 Matrícula nº 137.135 - 8º Registro de Imóveis de Curitiba VAGA DE ESTACIONAMENTO Nº 40 (quarenta), do Tipo "A", "Simples", localizada no Subsolo 1 (comum aos Blocos Edifício Ibiça e Edifício Maiorca) do RESIDENCIAL ILHAS BALEARES, situado à Rua Francisco Juglar, nº 470, nesta cidade de Curitiba, com capacidade para estacionamento de 1 (um) veículo de porte médio e com área construída privativa de 12,00 m², área construída de uso comum (acesso e circulação) de 11,9309 m² área construída total de 23,9309m², correspondendo-lhe a fração ideal do solo de 0,001202 e quota de 5,0392 m² do terreno onde está construído o Residencial, com as demais características constantes da matrícula. Indicação Fiscal: 29.072.041.060-9 Matrícula nº: 122.098 - 8º Registro de Imóveis de Curitiba VAGA DE ESTACIONAMENTO Nº 43 (Quarenta e três), do Tipo "A", "Simples", localizado no Subsolo 1 (comum aos Blocos Edifício Ibiça e Edifício Maiorca), do RESIDENCIAL ILHAS BALEARES, situado à Rua Francisco Juglar, nº 470 e Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, 2.551, nesta Cidade de Curitiba, com capacidade para estacionamento de 1 (um) veículo de porte médio e com área construída privativa de 9,90 m², área construída de uso comum (acesso e circulação) de 9,8430 m² área construída total de 19,7430 m², correspondendo-lhe a fração ideal do solo de 0,000992 e quota de 4,1574 m² do terreno onde está construído o Residencial, com as demais características constantes da matrícula. Indicação Fiscal: 29.072.041.071-4 Matrícula nº: 122.100 - 8º Registro de Imóveis de Curitiba 1ª PRAÇA: 15/06/2023 com abertura às 14h00min e encerramento às 15h00min. Valor de avaliação atualizado para hasta R\$ 1.232.415,94 (hum milhão, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos), conforme laudo atualizado em 27/01/2023. 2ª E ÚLTIMA PRAÇA: 16/06/2023 com abertura às 14h00min e encerramento às 15h00min -Valor da dívida em data de 23/05/2023 a ser atualizado até a data do leilão nos termos do contrato R\$ 762.179,96 (setecentos e sessenta e dois mil, cento e setenta e nove reais e noventa e seis centavos); De acordo com o que determina o parágrafo 1º do artigo 27 da Lei 9.514/97: Se, no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor atribuído ao imóvel, será realizado o segundo leilão na data mencionada, no mesmo local e horário descrito. Ainda conforme determina o parágrafo 2º do artigo 27 da Lei 9.514: § 2º No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais. **CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: A VISTA**, devendo ser efetivado em até 24 horas após arrematação. **LOCAL DO LEILÃO**: Exclusivamente por meio eletrônico, mediante acesso ao site da internet: <http://www.vmlleiloes.com.br>, podendo ser oferecido lance em tempo real mediante a realização de um pré cadastro no referido site. Os licitantes que desejarem participar da hasta com a utilização do sistema Leilão "online", deverão obrigatoriamente aderir aos termos contidos no sistema, através da página na rede mundial de computadores (www.vmlleiloes.com.br), cujas regras integram este Edital de Leilão. Diante do leilão na modalidade eletrônica online exclusiva não será permitida qualquer outra forma de apresentação de lances ou propostas, que não por meio digital nas condições acima descritas. **Observação:** 1. O imóvel será vendido em caráter ad corpus, nos termos do artigo 500, §3º do Código Civil, sendo apenas enunciativas as referências neste edital, e será vendido no estado de ocupação e conservação em que se encontra, ficando a cargo do adquirente a sua desocupação, reformas, averbação de áreas e/ou regularização, quando for o caso, arcando o adquirente com as despesas decorrentes. Não será possível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento do preço ou complemento de área por eventual divergência entre a descrição do imóvel e o apurado in loco. 2. O imóvel será vendido livre de débitos de IPTU e condomínio até a data da arrematação, ficando o arrematante responsável pelas referidas despesas que incidirem após o arremate. 3. Caso o imóvel esteja ocupado, constitui ônus do arrematante a imissão na posse do imóvel, incluindo despesas, recursos judiciais necessários, custas processuais e honorários decorrentes. 4. Responde o arrematante pelo pagamento da comissão do leiloeiro, no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda do bem arrematado, nos termos da lei respectiva, despesas e emolumentos referentes a transferência do bem e registro da arrematação, tais como escritura, Registro de Imóveis, Funrejus, ITBI e demais impostos e taxas aplicáveis. 5. Havendo ação judicial em relação ao bem ou a presente execução e sobrevindo decisão transitada em julgado decretando a anulação do título aquisitivo da credora, ou seja, Consolidação da Propriedade, a arrematação e ou escritura/contrato que for assinado com o licitante se resolverá de pleno direito. Nesse caso, serão devolvidos os valores pagos na arrematação, escritura e demais taxas da transferência, não gerando ao licitante o direito a pleitear indenização por perdas e danos. 6. Os lances ofertados possuem natureza irrevogável e irretroatável, mesmo em se tratando de leilão eletrônico, ficando o usuário cadastrado responsável por todos os que forem ofertados em seu nome. 7. A disputa estendida em um lote não impede o fechamento dos demais, devendo o interessado acompanhar o cronômetro regressivo individual do lote que lhe interessa. Ou seja, não é condição para o fechamento dos lotes subsequentes, a finalização dos anteriores. No entanto, dependendo do leilão, dos bens envolvidos e sempre visando à busca pelo maior valor, ao seu exclusivo critério, poderá o Leiloeiro Público Oficial utilizar-se da ferramenta de adição de tempo ao restante dos lotes, sendo que se selecionada essa opção, quando houver lance no minuto final do encerramento do lote da vez, será acrescentado três minutos no cronômetro deste e também dos demais lotes abertos. 8. O lance eletrônico será concretizado no ato de sua captação pelo provedor e não no ato da emissão pelo participante. Assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, o Leiloeiro Público Oficial não se responsabiliza por lance ofertado que não seja recebido antes do fechamento do lote. 9. Os lances oferecidos não garantem direitos aos participantes em caso de recusa do Leiloeiro Público Oficial por qualquer ocorrência tais como: quedas ou falhas no sistema, na conexão de internet, etc., posto que a internet e o site do Leiloeiro Público Oficial são apenas facilitadores de oferta. Portanto, nesta forma de participação em leilões, os interessados assumem os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. 10. Para todos os efeitos, o horário de encerramento do evento/contagem regressiva do cronômetro individual do lote e registro de lances segue a hora oficial de Brasília/DF. Havendo impossibilidade técnica de realização em data determinada ou finalização do leilão no mesmo dia de seu início este será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. 11. Em caso de desistência ou não pagamento do valor de arrematação no prazo assinalado, será convocado o segundo colocado, correspondente ao segundo maior lance válido. Os desistentes estarão sujeitos às penalidades legais aplicáveis. 12. Ao devedor fiduciante é assegurado o direito de preferência, até a data de realização do 2º leilão, para aquisição do imóvel por preço correspondente ao valor da dívida devidamente atualizado e acrescido dos encargos e despesas pagos em razão da consolidação da propriedade fiduciária pela credora, e às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo também, ao devedor fiduciante o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive custas e emolumentos consoante estabeleça a lei 9.514/97. A ausência de manifestação do devedor fiduciante até a arrematação do imóvel em leilão, será considerado como não exercício do direito de preferência à compra. Ficam desde já notificados do presente leilão os executados se não forem localizados para notificação pessoal. O Leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados informações no seguinte local: Rua Joinville, 3870, sala 02, São José dos Pinhais, (41) 3385-4656 - 9969-9934 e a credora, na sede situada na Avenida Sete de Setembro, 5870 - (41) 3023-2000

AVISO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Município de São João do Triunfo, Estado do Paraná, por meio da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para contratação de pessoal por prazo determinado, sob o Regime Jurídico Administrativo Especial, sendo para os cargos de: Motorista 2 - Carros Pesados e Pedagogo.

As vagas, remunerações, prazos de contratação e demais informações necessárias, constam no Edital de Abertura a ser publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado também no link "Concursos" no site www.sjtrunfo.pr.gov.br.

São João do Triunfo/PR, 01 de junho de 2023.

Maria Angélica Gabre Hallia
 Secretária Municipal de Administração

BARI SECURITIZADORA S.A.
 CNPJ/ME 10.608.405/0001-60 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

A Bari Securitizadora S.A. na qualidade de Emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da sua 1ª (Primeira) "CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente, nos termos da cláusula 12.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 27 de novembro de 2013 ("Termo de Securitização"), e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 17.343.682/0001-38 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), convoca os Srs. Titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") a participarem da Assembleia Geral dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 27 de junho de 2023, às 17:00 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, para deliberar: (i) waiver dos Titulares dos CRI quanto a ocorrência do Evento de Recompra Compulsória dos CRI, conforme previsto na cláusula 6.3, Item "a" do Termo de Securitização, haja vista o não recebimento dos recursos resultantes do lastró na conta do Patrimônio Separado na data-base de maio de 2023, o que deu causa ao inadimplemento dos CRI; (ii) waiver dos Titulares dos CRI quanto a ocorrência do Evento de Recompra Compulsória dos CRI, nos termos da cláusula 6.3, Item "u" do Termo de Securitização, em razão da não renovação da Apólice de Seguro prevista na cláusula 2.1.3, (b) do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"); (iii) caso aprovado o item (i) acima, os titulares dos CRI deverão deliberar: (ii.i) as providências a serem tomadas para fins de recebimento do Saldo Devedor dos CRI, a ordem e a forma de excussão das garantias; (ii.ii) a contratação de escritório especializado para execução do quanto deliberado no item (ii.i) acima, dentre os escritórios que serão indicados pelos próprios Titulares dos CRI em Assembleia; (ii.iii) pelo aporte de recurso dos Titulares dos CRI na conta do Patrimônio Separado em montante suficiente para fazer frente às despesas que serão incorridas, valor este que será estimado em conjunto o escritório que vier a ser contratado, tais como: (ii.iii.i) pagamento dos serviços do escritório que será contratado; (ii.iii.ii) custas e despesas judiciais e/ou extrajudiciais, impostos, dentre outros; e (ii.iii.iii) eventual sucumbência em caso de procedimento judicial interposto em favor ou contra os interesses do Patrimônio Separado; (iv) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação) em PDF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: assembleias@pentagonotrustee.com.br com cópia para pos-emissao@barisecuritizadora.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo preferencial de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 29 de maio de 2023 - Bari Securitizadora S.A.

BEM PARANÁ

3350.6620

Publicação de Atas, Editais,
 Balanços e Comunicados,
 não precisa custar caro.

Mas precisa ter muita credibilidade.

Entre em contato conosco e solicite um orçamento.

Temos o maior prazo em atendê-lo.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

**AGENDAMENTO DAS DATAS DE ABERTURAS DOS
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2023 - CRITÉRIO DE
JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

Objeto: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES PARA ABRIGAR OS FÓRUNS DAS COMARCAS DE COLORADO, JANDAIA DO SUL, LOANDA, MARIÁLVIA, PRUDENTÓPOLIS, QUEDAS DO IGUAÇU E SÃO MATEUS DO SUL.

Data início acolhimento das propostas: 01/06/2023

Data abertura das propostas: 30/08/2023 às 13:00 h (horário de Brasília/DF)

Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras>.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/2023 - CRITÉRIO DE
JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

Objeto: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES PARA ABRIGAR OS FÓRUNS DAS COMARCAS DE IPORÁ, PEABIRU E PONTAL DO PARANÁ.

Data início acolhimento das propostas: 01/06/2023

Data abertura das propostas: 31/08/2023 às 13:00 h (horário de Brasília/DF)

Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras>.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 03/2023 - CRITÉRIO DE
JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

Objeto: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES PARA ABRIGAR OS FÓRUNS DAS COMARCAS DE BOCAIÚVA DO SUL, CARLÓPOLIS, CENTENÁRIO DO SUL, JOAQUIM TÁVORA, MANGUEIRINHA, RIBEIRÃO DO PINHAL, SÃO JERÔNIMO DA SERRA E URAÍ.

Data início acolhimento das propostas: 01/06/2023

Data abertura das propostas: 01/09/2023 às 13:00 h (horário de Brasília/DF)

Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras>.

-A íntegra dos editais e seus anexos estará à disposição das empresas interessadas nos endereços eletrônicos: <https://www.tjpr.jus.br/editais>, <https://www.gov.br/compras/> (UASG nº 926415) e no PNCP - <https://www.gov.br/pncpl>. Além disso, poderão ser solicitados através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Os elementos técnicos das Concorrências Eletrônicas poderão ser obtidos, gratuitamente, efetuando-se o download no site www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais ou através de link direto disponível na página de visualização do edital. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00, na Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Curitiba PR, fone nº (41) 3250-6541 e 3250-6542.

Curitiba, 31 de maio de 2023,

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Diretora do Departamento do Patrimônio

Sistema Fiepr
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2.1111/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DESTINADO A AQUISIÇÃO DE BOLSAS TÉRMICAS PERSONALIZADAS PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA INDÚSTRIA NO ESTADO DO PARANÁ
DATA DE ABERTURA: 12 de junho de 2023 às 9h.
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

Sistema Fiepr
TIPO: REGULAMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.1102/2023
OBJETO: REGULAMENTO DE CREDENCIAMENTO - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS (PESSOAS JURÍDICAS) PARA ATUAR COMO INSTRUTORES DE CURSOS LIVRES NAS CATEGORIAS DESCRITAS NO ANEXO I E COMO INSTRUTORES DOS CLUBES COLÉGIO SESI, DE FORMA (PRESENCIAL) E/OU (A DISTÂNCIA)
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

**MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS - PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL, do Município de Inácio Martins/PR, a Sra. Eloyse Gonçalves, designada através do Decreto nº 001/2023, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, após analisado o resultado do processo licitatório abaixo discriminado, RESOLVE ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO nestes termos: Processo de Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 004/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de construção de infraestrutura para comercialização de produção agropecuária, conforme Contrato de Repasse OGU nº 927256/2022 - Operação 1082531-11 - Programa Agropecuária Sustentável - MAPA. Proponente declarado vencedor do certame: Construtora Trianon Ltda - CNPJ nº 82.248.790/0001-93. R\$ 488.476,05 (Quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinco centavos).

Inácio Martins/PR, 28 de Março de 2023

Eloyse Gonçalves

Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Estado do Paraná - Palácio São José
Comissão Permanente de Licitação - CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2023
Processo nº 24.455/2018**

A Prefeitura do Município de Paranaguá-PR, através da Comissão Permanente de Licitação toma público que fará realizar, às 09h00min do dia 04 (quatro) de julho de 2023, na Rua Júlia da Costa, nº 322, na Sala de Reuniões do Departamento de Licitações e Suprimentos/SEMAD, 1º andar - Palácio São José, Concorrência Pública, tipo MAIOR OFERTA, cujo objeto é a Alienação bem imóvel dominical, conforme Lote descrito no edital de licitação.

O inteiro teor do edital e seus anexos, poderá ser retirado no seguinte endereço: Rua Júlia da Costa, 322, CEP 83.203-060 Paranaguá/Pr, telefone (41) 3721-1810, no horário das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00, ou através do site: www.paranaguapra.gov.br (Portal da Transparência - Suprimentos - Compras - Licitações). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado, através do e-mail: cpl@paranaguapra.gov.br ou pelo telefone 41-3721-1810.
PARANAGUÁ, 31 DE MAIO DE 2023.

SHEILA DA ROSA MARIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023 - PMM -
EXCLUSIVO PARA ME E EPP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023-LIC**

TIPO: Menor preço global do item.

Torna pública a Homologação e Adjudicação Pregão Eletrônico nº 041/2023 - PMM, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de itens para recreação e entretenimento (playground com acessibilidade e conjunto de brinquedos), móveis (mesas e cadeiras de madeira) e grama sintética. As empresas habilitadas são: A empresa TREND ENERGY SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.898.500/0001-16, vencedora no item 11 perfazendo o valor total de R\$ 48.980,00 (quarenta e oito mil e novecentos e oitenta reais). A empresa PIMPOLHO BRINQUEDOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.434.048/0001-10, vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 09 e 10 perfazendo o valor total de R\$ 29.680,00 (vinte e nove mil e seiscentos e oitenta reais). A empresa ACABAMENTOS VALE DO VAI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.218.164/0001-16, vencedora nos itens 12 e 13 perfazendo o valor total de R\$ 16.650,60 (dezesseis mil e seiscentos e cinquenta reais e sessenta centavos). A empresa ARAQUAPLAY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.318.001/0001-57, vencedora nos itens 06, 07 e 08 perfazendo o valor total de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais).

Marmeireiro, 31 de maio de 2023,

Paulo Jair Pilati
Prefeito



**MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 296/2022**

OBJETO: Pavimentação de Vias Urbanas em CBUQ 3.210,13 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos.

VALOR MÁXIMO: O preço total máximo é de R\$ 1.029.129,18 (Um milhão, vinte e nove mil, cento e vinte e nove reais e dezoito centavos).

DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: No Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Contenda, na Avenida João Franco, nº 400, Centro, Contenda/PR, até às 08h45min do dia 03 de JULHO de 2023 (03/07/2023) e a abertura se dará no mesmo dia às 09h00min.

O Edital poderá ser examinado e adquirido através do site www.contenda.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Contenda, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (41) 3625-1212 e através do e-mail pregao@contenda.pr.gov.br.

Contenda, 31 de maio de 2023.

Fabiano Veiga Oliva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Decreto nº 062/2023

www.bemparana.com.br

Publicidade Legal
WWW.BEMPARANA.COM.BR

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

